



## APOSTA ERRADA?

# Após regulamentar setor, Governo Lula agora acena com proibição total das bets

O avanço das bets, que drenam R\$ 30 bilhões mensais dos brasileiros, acendeu o alerta no Planalto. Ao confrontar o endividamento das famílias e o vício infantil, Lula admite que a regulamentação não bastou para frear o caos social. O recuo sinaliza que a aposta na arrecadação tributária pode ter custado caro demais à saúde pública e à economia real.

### Túnel sem luz: como o PT maranhense se perdeu no jogo das oligarquias

Refém de alianças palacianas e sem renovar bases, o PT-MA envelheceu. Entre o brilho de Lula e o pragmatismo das oligarquias, o partido perdeu a luz própria e hoje vaga em um beco sem saída para 2026. **BASTIDORES-PÁGINA 3**

### TCE notifica prefeituras por irregularidades

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão notificou uma série de prefeituras maranhenses que deixaram de cumprir exigências relacionadas à Fiscalização de Emendas Parlamentares Impositivas conduzida pelo órgão. A medida reforça o rigor do controle externo sobre a correta aplicação de recursos públicos, especialmente no contexto das prestações de contas referentes ao exercício financeiro de 2025.

### Prefeita Esmênia inicia reestruturação da equipe administrativa da Prefeitura de São Luís

A prefeita Esmênia Miranda começou a implementar as primeiras mudanças na estrutura do Poder Executivo municipal, imprimindo sua marca na gestão. Uma das principais movimentações foi com a nomeação da servidora Dávila Theresa de Moraes Pires para o cargo de Chefe de Gabinete da Prefeitura.



### EXPOSIÇÃO Josué Montello, 20 anos de memória

Casa de Cultura Josué Montello marca duas décadas de morte do escritor maranhense com exposição "Confissões de um romancista: Josué Montello e o ofício da escrita"

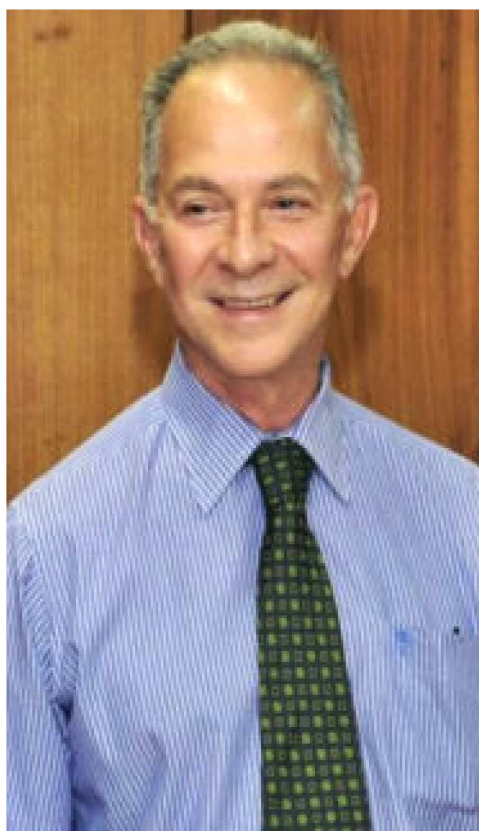




## ARTIGO

## A primeira campanha eleitoral da pós-realidade

JOSÉ VICENTE PIMENTEL  
Embaixador aposentado



No próximo domingo, dia 12, as atenções do mundo estarão voltadas para as eleições parlamentares na Hungria. Embora não tenha relevância econômica, o país se tornou um símbolo do movimento global autocrático-religioso de extrema-direita, que o seu primeiro-ministro, Viktor Orban, prefere qualificar de iliberal.

Quando o Pacto de Varsóvia se dissolveu em 1991, havia expectativas generalizadas de que a Hungria emergiria rapidamente da pobreza a que havia sido relegada pelo regime soviético. Não foi o que aconteceu. Pelas estatísticas da União Europeia (UE), ela é hoje um dos mais pobres países europeus. A produção industrial vem decaindo, o desemprego é galopante e a população vem diminuindo.

Dois terços da população consideram o sistema educacional ruim ou péssimo, o sistema de saúde pública está decadente, muito em consequência da migração de médicos. Para piorar, nos últimos três anos a

Hungria transformou-se no país mais corrupto da UE. Mesmo o “índice de liberdade econômica”, publicado pela conservadoríssima Heritage Foundation, considera a Hungria o pior país europeu no quesito integridade governamental.

A despeito disso, o prestígio de Orban junto às principais lideranças da direita mundial segue inabalável. Sua atual campanha eleitoral recebeu o endosso dos líderes da direita alemã, holandesa, polonesa e até do insólito Javier Milei. Marco Rubio esteve em Budapeste para sublinhar o apoio de Trump, que considera Orban o seu maior aliado na Europa. Dois outros amigos importantes são Vladimir Putin, que vem recebendo a ajuda de Orban para bloquear ajuda militar da UE à Ucrânia, e Jair Bolsonaro, que declarou considerar Orban “praticamente um irmão”.

Segundo Kevin Roberts, presidente da Heritage Foundation, “a Hungria moderna é não apenas um modelo, e, sim, O modelo de governança conservador”. O Projeto 2025 da Heritage inspirou-se no modelo húngaro, que privilegia técnicas de comunicação agressivas, ou guerras culturais. Orban potencializa o medo.

Há anos dirige a opinião pública contra bodes expiatórios que, a rigor, não têm impacto direto no cotidiano dos cidadãos. Um desses é a imigração, transformada pela retórica oficial na grande ameaça ao bem-estar do povo, apesar de não existirem no país imigrantes em número estatisticamente considerável.

O inimigo externo (é muito útil ter um...) é a Ucrânia de Zelensky. Outro alvo habitual é a ideologia de gênero. A repulsa ao movimento feminista e LGBTQ é trabalhada sobretudo pelo lado da religiosidade: esses movimentos seriam indignos, por contrariarem a Bíblia.

Em 16 anos ininterruptos de governo, Orban desenvolveu as ferramentas para se assenhorear das institui-

ções. Várias vezes emendou a Constituição e alterou as regras eleitorais em benefício do seu partido político, o Fidesz; interveio no serviço público, substituindo funcionários; desarticulou o Poder Judiciário, nomeando juízes alinhados com as teses ultradireitistas; aplicou pressão econômica e criou regulamentações específicas para enfraquecer a liberdade de imprensa; fez aprovarem-se leis que limitam os direitos das minorias; retirou fundos de apoio a universidades; e forçou a Universidade Centro-Europeia, fundada por George Soros, a transferir-se para Viena.

Esse é, em síntese, o modelo decantado por Kevin Roberts e seguido hoje como uma cartilha pelo Partido Republicano, nos EUA.

E eis que as pesquisas eleitorais indicam que, agora, o Fidesz poderá perder para o Tisza, partido liderado por Peter Magyar, que também é de direita, porém moderado, em particular no cenário europeu. Caso vença, a Europa deverá liberar-se do veto húngaro e voltar a falar com uma só voz nas questões geopolíticas.

Um aspecto da campanha eleitoral húngara que nos interessa de perto é o uso de recursos de inteligência artificial (IA) na propaganda de Orban. A utilização é tão intensa que a escritora Anne Applebaum a qualificou de “primeira campanha política da pós-realidade”.

A imagem de Orban quase não aparece. Cede lugar a vídeos de tik tok com versões de Zelensky ou Peter Magyar contando dinheiro, cheirando cocaína ou tripudiando de militares húngaros. O baixo nível impera.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com certeza, acompanha o desenrolar da campanha eleitoral húngara. Dada a probabilidade da aplicação de golpes baixos semelhantes nas nossas eleições de novembro, é essencial preparar-nos para neutralizar as transgressões e punir os transgressores.

## REURB

## Quando a regularização fundiária protege a infância

EDUARDO DE PÁDUA CRUZ SOUSA

Tabelião e Oficial Registrador de Vitória do Mearim/MA



A Regularização Fundiária Urbana (REURB), prevista na Lei nº 13.465/2017, vem se consolidando como uma das mais relevantes políticas públicas de inclusão social no Brasil. No Maranhão, seus efeitos são ainda mais expressivos, diante do elevado número de famílias que vivem em áreas urbanas informais. Mais do que organizar o território, a regularização fundiária

pode contribuir, de forma indireta, para a redução do trabalho infantil no estado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que o Maranhão está entre os estados com maior índice de informalidade habitacional do país, especialmente em áreas periféricas urbanas.

Em muitos municípios maranhenses, grande parte dos imóveis ainda não possui registro formal, o que significa ausência de segurança jurídica para seus ocupantes. Ao mesmo tempo, o estado enfrenta desafios históricos no combate ao trabalho infantil. Segundo levantamentos do Ministério do Trabalho e Emprego e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, milhares de crianças e adolescentes maranhenses ainda exercem atividades laborais precoces, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social.

Essas duas realidades, informalidade fundiária e trabalho infantil, estão mais conectadas do que se imagina. Isto porque, em áreas não regularizadas, a posse do imóvel é instável, de modo que famílias vivem sob constante insegurança e sem garantia de permanência no lar. Não é incomum que um dos adultos permaneça no imóvel para evitar conflitos ou perda da posse, o que limita sua inserção no mercado de trabalho formal.

Com isso, a renda familiar tende a ser reduzida, criando um ambiente propício à utilização da mão de obra infantil como complemento econômico. Trata-se de uma lógica silenciosa, mas presente em diversas comunidades.

A REURB altera esse cenário. Ao garantir a titulação do imóvel, a política pública proporciona estabilidade jurídica e permite que os adultos ingressem no mercado de trabalho com maior liberdade. O imóvel regularizado passa a ser não apenas um espaço de moradia, mas um ativo com valor econômico e social.

No Maranhão, a importância dessa política é reconhecida institucionalmente. O Tribunal de Justiça do Maranhão por intermédio da sua Corregedoria Geral de Justiça editou normas específicas para disciplinar o registro da regularização fundiária, destacando a necessidade de incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial e a titulação de seus ocupantes.

Do ponto de vista jurídico, a regularização fundiária só se completa com o registro imobiliário, que confere publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos direitos constituídos. Nesse contexto, os cartórios de registro de imóveis exercem papel estratégico, garantindo a validade e a oponibilidade dos títulos perante toda a sociedade, conforme previsto na Lei nº 8.935/1994.

Além disso, experiências recentes em municípios maranhenses têm demonstrado que programas de REURB, especialmente na modalidade social (REURB-S), têm potencial para alcançar milhares de famílias, com redução de custos e ampliação do acesso à propriedade formal.

A regularização fundiária, portanto, deve ser compreendida como política pública transversal. No Maranhão, onde a vulnerabilidade social e a informalidade urbana caminham lado a lado, seus impactos vão além da organização das cidades.

Logo, regularizar imóveis é garantir dignidade, promover inclusão e criar condições para que crianças permaneçam na escola, longe do trabalho precoce. Investir em REURB é, assim, investir no futuro do estado.

São Luís, quinta-feira, 9 de abril de 2026

FISCALIZAÇÃO

# TCE notifica prefeituras por irregularidades

Tribunal cobra envio de dados e pagamento de multas, alerta para inadimplência e condiciona prazo extra de regularização das contas ao cumprimento das exigências

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão notificou uma série de prefeituras maranhenses que deixaram de cumprir exigências relacionadas à Fiscalização de Emendas Parlamentares Impositivas conduzida pelo órgão. A medida, executada por meio da Secretaria de Fiscalização (Sefis), reforça o rigor do controle externo sobre a correta aplicação de recursos públicos, especialmente no contexto das prestações de contas referentes ao exercício financeiro de 2025.

De acordo com a Decisão Normativa TCE/MA nº 49/2026, o envio de dados e o preenchimento do questionário eletrônico são requisitos obrigatórios para que os entes fiscalizados tenham direito a um prazo adicional de 60 dias destinado à complementação, correção e regularização das contas. O descumprimento dessas etapas implica a perda desse benefício e configura situação de inadimplência, sujeitando os gestores às sanções previstas nas normas legais e regimentais.

Além disso, o TCE estabeleceu o prazo de 24 horas para que os responsáveis comprovem o pagamento de multa aplicada, mediante envio do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE) e do respectivo comprovante, por meio de canal eletrônico oficial. A não comprovação dentro do prazo estipulado pode agravar a situação dos municípios perante o órgão de controle.

Entre as prefeituras notificadas por não encaminharem as informações exigidas estão Afonso Cunha, Centro Novo do Maranhão, Davinópolis, Joselândia, Marajá do Sena, Mata Roma, Paulo Ramos, Parnarama, Pirapemas, São Bernardo, São José dos Basílios e Tuntum. Já em relação ao não pagamento das multas, foram notificadas as administrações municipais de Ariari, Boa Vista do Gurupi, Cachoeira Grande, Cururupu, Governador Newton Bello, Icatu, Lima Campos, Matinha, Mirinzal, Palmeirândia, Presidente Juscelino, São João Batista e Vila Nova dos Martírios.

A ação do TCE evidencia o esforço institucional para garantir maior transparência e responsabilidade na execução das emendas parlamentares, reforçando mecanismos de fiscalização e cobrança junto aos gestores municipais.



## BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



## A distopia do PT na disputa de governador do Maranhão

O Partido dos Trabalhadores, fundado no Maranhão pelos ativistas Manoel da Conceição, Luiz Vila Nova, Domingos Dutra, Yeda Batista e outros, vive uma de suas crises mais agudas em 2026 no quesito eleição de governador. O único partido do Ocidente a eleger um presidente três vezes pelo voto direto, o mesmo que lidera os cenários para a quarta eleição, porém, no Maranhão, entrou numa espécie de túnel sem luz no fim. Acaba de ganhar Eliziane Gama como sua primeira senadora, mas só tem um deputado federal (Rubens Jr) um suplente batendo ponto na Assembleia Legislativa (José Inácio) e dois prefeitos – Chiquinho FC, de Codó, e Thamarara Castro, de Brejo.

Os dois não têm vínculos ideológico com o PT. Chiquinho é empresário da família mais rica da região dos Cocais e apoia agora o deputado Juscelino Rezende, que acaba de assumir o comando do PSDB estadual. Na semana passada, ele colocou a irmã Luanna Rezende no PT, como pré-candidata a deputada estadual. Thamara, por sua vez, é professora do fundamental e Brejo só tem 36 mil habitantes. Significa que o PT maranhense ao longo de sua história não produziu lideranças populares afinadas com seu programa e a veia ideológica. Hoje controla quatro secretarias no governo Carlos Brandão e centenas de cargos.

Dos 69% dos votos que o presidente Lula recebeu no Nordeste em 2022, a participação do Maranhão foi de 71,14%, não só pela força do PT, mas pela coligação liderada pelo PSB de Flávio Dino e Carlos Brandão, eleito governador no 1º turno. Este ano, todo o cenário da eleição passada foi desmanchado por intrigas que envenenaram a relação Dino-Brandão e acabaram por colocar o vice-governador Felipe Camarão (PT) num beco sem saída. Atraiu o grupo de oposição aos Brandão, cujo candidato Orleans Brandão (MDB) trabalha com a imagem de Lula. Os dinistas foram escanteados por Eduardo Braide (PSD), que trabalha para ser o candidato der si mesmo e de mais ninguém.

O presidente Lula já conhece os rolos do PT maranhense e mais uma vez foi vencido pelas circunstâncias etárias do Maranhão. Ao longo de décadas, o PT perdeu a militância sindical e estudantil e envelheceu com Washington Oliveira, Zé Carlos da Caixa, Raimundo Monteiro & Cia. Está na hora de Eliziane Gama assumir o papel de renovadora, a exemplo do Piauí e do Ceará. O vice-governador Felipe Camarão está arrastando uma pré-candidatura ao Palácio dos Leões por pura falta de opção. Lula deu as costas ao imbróglio, mas preocupado com a votação que tem sido decisiva nas suas eleições e nas de Dilma Rousseff no Estado.

Com um histórico oligarquias – uma aniquilando a outra –, a de distopias nas eleições de 2006 já produz farto material para a história política. Em 2006, o governador José Reinaldo rompeu com suas origens no grupo Sarney, apoiou Edson Vidigal (PSDB) no primeiro turno e no segundo foi com Jackson Lago (PDT), que derrotou Roseana Sarney (MDB), a primeira sofrida pelo grupo do ex-presidente José Sarney. Na ocasião, o candidato Lula visitou o Maranhão apenas uma vez em Timon, onde pediu voto para a candidata do PFL, com o PT apoiando Jackson Lago, cassado em 2009 por ação de Roseana no TSE.

Agora, o vice-governador e procurador federal Felipe Camarão, filiado ao PT em 2022, parece com quem está no mato sem cachorro. O seu partido permaneceu no governo Brandão, portanto, não tem motivo para despoiar Orleans, que inundou o gigantesco encontro de pré-lançamento da candidatura com a imagem do presidente Lula entre ele e o governador Brandão. Agora, numa disputa de vida ou morte contra Flávio Bolsonaro (PL), obviamente que o petista não fará restrição ao uso de sua imagem por um candidato que já aparece até liderando pesquisas sobre a corrida ao Palácio dos Leões, sustentada pelo peso da azeitada máquina estadual.

HOMENAGEM

## Carlos Lula destaca SUS em sessão no Congresso



### DEPUTADO ESTADUAL RELEMBROU OS DESAFIOS DA CRISE SANITÁRIA E O PAPEL DO SUS NA RESPOSTA À EMERGÊNCIA

O deputado estadual Carlos Lula (PSB) participou, nesta quarta-feira (8), em Brasília, de sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Mundial da Saúde e ao lançamento do Vade Mecum da Saúde 2026, publicação que reúne normas e diretrizes voltadas à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ex-secretário de Estado da Saúde do Maranhão e ex-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Carlos Lula teve sua atuação destacada durante a cerimônia, especialmente no enfrentamento da pandemia de Covid-19 no estado. Em discurso, o parlamentar relembrou os desafios da crise sanitária e o papel do SUS na resposta à emergência. “O Dia Mundial da Saúde nos convoca a lembrar dos momentos em que o SUS foi posto à prova em escala máxima. Eu falo aqui como alguém que esteve na linha de frente, que assinou portaria às três da manhã, que viu médicos e enfermeiros chegarem ao limite, mas não recuarem”, afirmou.

Ao destacar a experiência do Maranhão, o deputado ressaltou os resultados obtidos durante a pandemia e fez

referência à condução da política de saúde no período. “O Maranhão escreveu uma história diferente na pandemia, com medidas que priorizaram vidas. Esse trabalho precisa ser reconhecido como exemplo de compromisso com a população”, declarou.

Durante a sessão, também foi enfatizada a importância do Vade Mecum da Saúde 2026 como ferramenta de apoio à gestão pública. Segundo Carlos Lula, a iniciativa contribui para qualificar a tomada de decisões no sistema de saúde. “Quando fui gestor, senti na prática a necessidade de uma referência legislativa consolidada. Esse instrumento chega para orientar quem está na linha de frente e fortalecer o SUS”, disse.

A senadora Ana Paula Lobato (PSB) destacou o caráter estruturante do sistema público de saúde e reconheceu a atuação do Maranhão durante a pandemia. “O SUS é uma conquista civilizatória. É impossível não registrar o esforço realizado no Maranhão, com decisões rápidas e responsabilidade para proteger a população”, afirmou.

O deputado federal Márcio Jerry

(PCdoB) também mencionou os avanços da rede pública estadual. “Vivenciamos no Maranhão uma rede de saúde estruturada, com hospitais, policlínicas e ações que contribuíram para resultados expressivos no enfrentamento da pandemia”, declarou.

Já o secretário executivo do Ministério da Saúde, Adriano Massuda, apontou a experiência maranhense como referência nacional. “A resposta do Maranhão à pandemia alterou a curva esperada da Covid-19 e se tornou objeto de estudo, pela capacidade de coordenação e resposta do sistema de saúde”, destacou.

A sessão foi convocada pelo presidente do Congresso Nacional, a partir de requerimento da senadora Ana Paula Lobato e do deputado federal Márcio Jerry. O evento reuniu autoridades, especialistas e representantes de instituições da área da saúde.

Também compuseram a mesa o deputado estadual Othelino Neto (PSB), o representante da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) no Brasil, Christian Morales, e a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Sandra Mara Campos Alves.

## ENDIVIDAMENTO

# Lula defende proibição de bets no Brasil

Lula argumentou que o endividamento no Brasil tem raízes nos baixos salários e que o governo está estudando propostas para ajudar as famílias a quitar dívidas

ANDRÉIA VERDÉLIO  
AGÊNCIA BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, nesta quarta-feira (8), a proibição, no Brasil, das apostas eletrônicas de quota fixa, as chamadas de bets. Em entrevista ao canal ICL Notícias, Lula mostrou preocupação sobre o nível de endividamento da população brasileira e o agravamento de problemas de saúde pública decorrentes do vício em jogos.

“Se depender de mim, a gente fecha as bets”, disse, ressaltando que uma decisão final sobre o assunto depende de articulação com o Congresso Nacional. “Não é possível a gente continuar com essa jogatina desenfreada nesse país. Isso leva a sociedade a cometer desvios”, acrescentou Lula.

O debate político, entretanto, seria complexo, já que, segundo o presidente, o setor de apostas possui forte influência e financia parlamentares e

partidos políticos.

Lula argumentou que o endividamento no Brasil tem raízes nos baixos salários e que o governo está estudando propostas para ajudar as famílias a quitar dívidas. Para ele, o endividamento está sendo potencializado pela promessa de “ganho rápido” das apostas. “Todo mundo quer ganhar um dinheirinho a mais, mas quando a pessoa está viciada no jogo, tem que tratar isso como uma questão de saúde. Eu conheço pessoas que perderam o carro, perderam a casa. Pessoas que se matam”, lamentou o presidente.

De acordo com o Banco Central, no primeiro trimestre de 2025, os apostadores destinaram até R\$ 30 bilhões por mês às bets.

Ainda, ao defender o fim das bets, Lula comparou a situação atual com a proibição histórica dos cassinos físicos e do jogo do bicho no país. Para o presidente, a tecnologia derrubou barreiras que protegiam as famílias. “Eu passei toda minha vida ouvindo dizer que não era possível ter jogo

de azar, ter cassino, o jogo do bicho era contravenção. Hoje o cassino está dentro da sua casa, com o seu filho de 10 anos [...] utilizando o celular do pai que é contra o jogo de azar, gastando dinheiro desnecessário e enriquecendo as bets”, disse.

Além disso, ao rebater o argumento de que os clubes de futebol dependem dos patrocínios dessas empresas, o presidente lembrou que “o futebol viveu um século e meio sem as bets”.

Desde 2018, as apostas de quota fixa de eventos esportivos são legalizadas no país, por meio da Lei 13.756/2018. Coube ao atual governo a regulamentação da atividade, feita em 2023, com a aprovação e sanção da Lei 14.790/2023, com a legalização também dos jogos online dessa modalidade. O Ministério da Fazenda recebeu a competência de regular esse setor e criou, em 2024, a Secretaria de Prêmios e Apostas. Desde então, já foram publicadas dezenas de portarias com regras relacionadas às apostas.

## GESTÃO MUNICIPAL

## Esmênia Miranda inicia reestruturação administrativa



NOVA PREFEITA NOMEOU A SERVIDORA DÁVILA THERESA DE MORAIS PIRES PARA O CARGO DE CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA

A prefeita Esmênia Miranda começou a implementar as primeiras mudanças na estrutura do Poder Executivo municipal, imprimindo sua marca na gestão que assumiu oficialmente no último dia 31 de março. Uma das principais movimentações foi registrada na edição do Diário Oficial de São Luís da última segunda-feira, 6 de abril, com a nomeação da servidora Dávila Theresa de Moraes Pires para o cargo de Chefe de Gabinete da Prefeitura.

A nova configuração do gabinete faz parte de uma reforma administrativa que transformou três cargos anteriormente existentes em apenas um.

Esta estrutura permanece vinculada à Secretaria Municipal de Governo, que continua sob a gestão do secretário Emílio Murad. A medida sinaliza um esforço de reestruturação interna para otimizar o atendimento direto à prefeita e centralizar as demandas estratégicas do gabinete no Palácio de La Ravardiére.

Além da nova nomeação, o Diário Oficial formalizou o esvaziamento dos cargos que compunham o Gabinete da Vice-Prefeitura. A vacância e posterior extinção da estrutura administrativa da vice-prefeitura decorrem da ascensão da então vice, Esmênia Miranda, ao cargo de prefeita. Com

essa mudança, o posto de vice-prefeito deixa de existir até o encerramento da atual gestão, o que altera a linha sucessória imediata do município.

A partir de agora, em situações de ausência temporária, impedimento ou eventual vacância do cargo de prefeita, a responsabilidade de responder pela Prefeitura de São Luís recai sobre o presidente da Câmara Municipal. Essa reorganização administrativa e sucessória reflete o novo momento político da capital maranhense, consolidando a equipe de confiança que acompanhará Esmênia Miranda nos próximos desafios de seu mandato.



## O Irã no Congresso

LEANDRO MAZZINI  
Com Equipe DF, RJ e SP

Com forte aparato de segurança pessoal e da Polícia Legislativa, o embaixador do Irã no Brasil, Abdollah Nekounam Ghadiri, circulou na manhã da terça-feira no Congresso Nacional. Passou por alguns gabinetes de parlamentares da esquerda, em busca de algum socorro – em discursos nos plenários e na mídia – contra as ameaças de Donald Trump de dizimar “uma civilização inteira”. Uma das agendas de Ghadiri foi na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, presidida por Alice Portugal (PCdoB-BA). Não consta que o diplomata tratou da morte de mais de 60 mil iranianos pelo regime ou que tenha defendido o uso de crianças e adolescentes como escudo humano contra os ataques dos EUA. Uma de suas principais preocupações diz respeito a uma parceria que o Irã busca há anos, com o Banco do Brasil, para driblar as sanções econômicas.

### Brasileiro voa!!!

Vejam como é difícil e surreal a malha aérea do Brasil, e como a tão comemorada aviação regional por governos seguidos é uma demagogia. Uma empresa de evento quer levar para Manaus convidados de todos os Estados da Região Norte para capital do Amazonas. Ocorre que todos os voos das três companhias que controlam o setor fazem escalas em Brasília ou São Paulo, para depois “subir” para Manaus. Em alguns casos são mais de 10 horas de voo. Resultado: o evento foi transferido para Brasília.

### Vendeta

O principal projeto de Jair Bolsonaro, além de eleger o filho presidente da República, claro – é eleger o máximo de senadores possível para tocar o impeachment do ministro Alexandre de Moraes do STF. Bolsonaro diz a próximos que almeja uma bancada forte e fiel de 55 senadores. A articulação do PL foca nisso. Aliás, antes de ser preso, o ex-presidente deixou uma lista com os potenciais nomes para o projeto da vendeta.

### Pergunta básica

Não é ilegal, e o ministro Alexandre de Moraes se blinda nisso. Mas é imoral – e nota-se que moralidade sumiu do vocabulário do Poder. A pergunta é: você, cidadão, se tivesse todo esse dinheiro, pagaria R\$ 129 milhões a uma advogada mediana para menos, sem portfólio, se o marido não fosse ministro do STF?

### Detalhes...

O novo relator da pensão semivitalícia do já escandaloso chamado “divórcio milionário da Bahia”, entre Fabiana Gordilho e Lucas Abud, promoveu um fato jurídico notável: votou a favor da manutenção da pensão de uma mulher jovem e empresária e que recebe 140 mil reais por mês há 84 meses, mas no julgamento reconheceu que fatos novos e gravíssimos ele “não tinha lido”, por acreditar que não estavam nos autos... porém sempre estiveram.

### Filosofia da terra

Parceria entre o Inca e a Universidade Estadual de Santa Cruz, de Ilhéus, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), disponibiliza inscrições, que podem ser feitas até 15/4, para 50 vagas da graduação em Licenciatura em Filosofia da Terra. O curso acontecerá no Centro Educacional Florestan Fernandes, no assentamento Terra Vista, no município de Arataca-BA.

### ESPLANADEIRA

#WEPINK inaugura quiosques em duas lojas da Americanas no RJ. #Eduardo Matias lançou ontem, em SP, livro sobre impactos da IA no nosso futuro. #Recreio Shopping (RJ) recebe, até amanhã, **Castra Mó/vel**. #Crescimento do segmento de saúde e bem-estar no franchising impulsiona **Odonto Special**. #Autistas Brasil e **Piracanjuba** transformam caixas de leite em canal de combate à desinformação sobre autismo. #Com fidelização e aumento de ticket médio \*TCC\* dobrou operação no Brasil em 2025. #Laboratório Exame inaugura **Espaço Cardio** no DF, para exames cardiológicos.

CIBERCRIMINOSOS

# QR Code para enganar e aplicar golpes

Especialistas alertam para o uso de códigos QR falsos como tática de fraude e compartilham recomendações para evitar cair em golpes

A medida que os códigos QR têm se integrado cada vez mais à vida cotidiana — desde pagamentos digitais até o acesso a serviços —, os cibercriminosos estão encontrando novas formas de explorar essa tecnologia para enganar e aplicar golpes em usuários.

Embora seu uso seja cada vez mais comum, os códigos QR também se tornaram uma porta de entrada para diferentes tipos de fraudes digitais. Ao escaneá-los, os usuários podem ser redirecionados para sites falsos que simulam plataformas legítimas, com o objetivo de roubar informações pessoais ou induzir pagamentos fraudulentos.

Diferentemente de um link tradicional, esses códigos não permitem visualizar o endereço da página antes do acesso, o que dificulta a identificação de possíveis sinais de alerta e aumenta o risco de cair em golpes.

“Os códigos QR são ferramentas úteis, mas também podem ser facilmente manipulados. Como não é

possível visualizar o destino do link antes da interação, os usuários podem ser redirecionados para sites maliciosos sem perceber. Por isso, é fundamental manter uma postura crítica diante de qualquer código que não venha de uma fonte confiável”, afirma Iskander Sanchez-Rola, diretor de IA e Inovação na Norton.



O uso fraudulento de códigos QR

pode ocorrer em diferentes cenários, como a substituição de códigos legítimos em espaços públicos, promoções enganosas que redirecionam para sites fraudulentos, solicitações de pagamentos por meio de códigos manipulados ou mensagens e e-mails que incluem códigos QR para “verificar” contas ou concluir ações urgentes.

Em muitos casos, esses ataques não exigem a violação de sistemas técnicos, mas se baseiam na manipulação do usuário, aproveitando a confiança nesse tipo de ferramenta e a falta de visibilidade sobre o destino final do link.

*Os códigos QR são ferramentas úteis, mas também podem ser facilmente manipulados*

## Diante desse cenário recomenda-se

Evitar escanear códigos QR colocados em espaços públicos ou provenientes de fontes desconhecidas, especialmente se estiverem associados a promoções, pagamentos ou solicitações inesperadas.

- Confirmar qualquer aviso ou informação diretamente com a entidade oficial ou empresa antes de realizar pagamentos ou inserir informações pessoais.
- Revisar o site para o qual o código

QR direciona e evitar prosseguir caso apresente inconsistências, erros, solicite informações sensíveis ou pareça suspeito.

- Desconfiar de mensagens ou situações que gerem urgência, pressão ou indiquem consequências imediatas caso não se aja.

Da mesma forma, ferramentas como o Norton Scam Protection, integrado a soluções como Norton 360 e impulsionado por inteligência artifi-

cial, podem ajudar a bloquear sites maliciosos no momento em que o usuário tenta acessá-los, inclusive quando provenientes de códigos QR, oferecendo uma camada adicional de proteção contra esse tipo de ameaça.

À medida que os códigos QR continuam se expandindo em diferentes serviços e ambientes, a conscientização e a prevenção tornam-se essenciais para reduzir o risco desse tipo de fraude digital.

**bradesco** LEILÃO SOMENTE ONLINE 09 IMÓVEIS  
FECHAMENTO: 23/04/2026 a partir das 12h00

LOCALIDADES: CE MA MG RO RS SP

LOTE 02 - BELA VISTA DO MARANHÃO/MA - CASA  
Rua Do Pantanal, 71 - BAIRRO CENTRO  
Área Terreno: 305,90m<sup>2</sup> | Área Construída: 207,21m<sup>2</sup>  
Lance Mínimo: R\$ 68.000,00  
Mínimo à Vista: R\$ 61.200,00

✓ AVISTA COM 10% DE DESCONTO  
✓ PARCELAMENTO EM 12 MÊSES IGUAIS  
OU EM ATÉ 48 PARCELAS

Lances "on-line", \* condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leilão.  
Mais informações: <https://VITRINEBRADESCO.com.br/>  
(11) 3117.1001 | [sac@freitasleilao.com.br](mailto:sac@freitasleilao.com.br)  
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316  
[www.freitasleilao.com.br](http://www.freitasleilao.com.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES – MA**  
EXTRATO DO TERCEIRO DE TERMO ADITIVO - ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 005/2023 - ADESAO. PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES/MA- ORIUNDO DA ADESAO A SRP Nº 005/2023 PMPN/MA-PROCESSO ADM Nº 024.02/2023.003 – PMPN. BASE LEGAL: lei 8.666/93 e alterações. OBJETO: SEGUNDO ADITIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISE CLÍNICA - BIOQUÍMICA, HEMATOLOGIA E IMUNOLOGIA, COM EMISSÃO DE LAUDOS E DIAGNÓSTICOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULINO NEVES/MA. CONTRATADO PRECISION SOLUÇÕES EM DIAGNÓSTICOS LTDA, CNPJ nº. 10.430.441/0001-87. VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses, com termo inicial 08/04/2026 e vigência até 08/04/2027. DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE ADITIVO: 08 de abril de 2026. ORDENADORES DE DESPESAS: Lucas Ranieri Barbosa Brás – Secretário Municipal de Saúde e Joao Macedo da Silva – Chefe de gabinete.

**A SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A**, situada à AV DOS PORTUGUESES, LETRA:A-16A/A-16B; SETOR: IQI03; nº 100, Porto de Itaqui, Itaqui, CEP.: 65.085-582, torna público que REQUEREU junto à SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA, no Processo SEMA de nº 26030040714/2026, no Requerimento de nº 260300101771 a Licença de Operação para a atividade: Armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos (Gasolina, Óleo Diesel S 10 e Óleo Diesel S 500, Diesel Marítimo, Biodiesel e Etanol Anidro e Hidratado) – inclui 11 tanques e 01 desvio ferroviário.

**A SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A**, situada à Av. dos Portugueses, letra: A-17/A-17B/A-17C; Setor: IQI 11, Porto de Itaqui, Bairro Itaqui; CEP.: 65.085-58, inscrita no CNPJ sob n.o 02.762.121/0019-25, torna público que REQUEREU junto à SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA, no Processo SEMA de nº 26030040633/2026, com o número de requerimento: 260300082331, a Licença de Operação para a atividade: Armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos (Gasolina A; Diesel S500; Diesel S10; Etanol Anidro e hidratado; Biodiesel) – inclui 13 tanques e 01 desvio ferroviário.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSLIC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 - CSLIC/SEAP  
PROCESSO SEI Nº 2025.560101.36026 – SEAP

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, através de sua Comissão Setorial de Licitação – CSLIC, torna público aos interessados que realizará a licitação em epígrafe **NO DIA 22 DE ABRIL DE 2026, às 10h00min**, pelo sítio eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), cujo objeto é o Registro de preços para o fornecimento de insumos voltados às atividades das oficinas de marcenaria da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP/MA). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos sítios <https://www.gov.br/comprasnet/pt-br> e <http://seap.ma.gov.br/pregoes-online/>, podendo, em caso de problemas nos sites acima, ser adquirido gratuitamente na CSLIC/SEAP, através do e-mail: [cslicseap@gmail.com](mailto:cslicseap@gmail.com), durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas e pelo telefone (98) 99228-5285.

São Luís/MA, 01 de abril de 2026.  
LARISSA ARAGÃO CHAVES CAVALCANTE  
Presidente da Comissão Permanente de Contratação – SEAP/MA

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROBERTO  
CNPJ Nº 01.612.348/0001-00

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

O Município de São Roberto - MA, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 03/2026, Processo Administrativo nº005/2026, do tipo menor preço global, que tem como o objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria, bem como o fornecimento, implantação, migração de dados, manutenção e suporte de sistema informatizado de gestão de Folha de Pagamento, incluindo aplicativo (APP), destinado à Administração Pública Municipal, contemplando suporte técnico especializado presencial e in loco, em conformidade com as normas e exigências do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA), visando atender às necessidades operacionais do Município de São Roberto – MA, com data de abertura dia 24/04/2026, às 09h00min. A Licitação será regida pela Lei nº. 14.133/21 e suas alterações. O Edital poderá ser consultado na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Dois Poderes, s/n, Centro, São Roberto, Maranhão, CEP - 65.758-000; ou pelo Tel. (99) 98488-0882; ou pelo e-mail: [cpl@saoroberto-ma.gov.br](mailto:cpl@saoroberto-ma.gov.br), de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CPL, das 8h às 12h; ou pelo sítio da Prefeitura de São Roberto/MA/Portal da Transparência: <https://www.saoroberto.ma.gov.br>, ou pelo SINC-Contrata/TCEMA ou <https://www.licitacaoaroberto.com.br/>, ou pelo Portal Nacional de Compras Públicas. **Markenned Soares de Souza – Pregoeiro**, São Roberto/MA, 07 de abril de 2026.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROBERTO  
CNPJ Nº 01.612.348/0001-00

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

O Município de São Roberto - MA, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 004/2026, Processo Administrativo nº 034/2026, do tipo menor preço global, que tem como o objeto Registro de preços para prestação de serviços de limpeza, sucção, transporte e destinação final de resíduos de fossas sépticas, visando atender às necessidades do Município de São Roberto – MA, com data de abertura dia 27/04/2026, às 09h00min. A Licitação será regida pela Lei nº. 14.133/21 e suas alterações. O Edital poderá ser consultado na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Dois Poderes, s/n, Centro, São Roberto, Maranhão, CEP - 65.758-000; ou pelo Tel. (99) 98488-0882; ou pelo e-mail: [cpl@saoroberto.ma.gov.br](mailto:cpl@saoroberto.ma.gov.br), de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CPL, das 8h às 12h; ou pelo sítio da Prefeitura de São Roberto/MA/Portal da Transparência: <https://www.saoroberto.ma.gov.br>, ou pelo SINC-Contrata/TCEMA ou <https://www.licitacaoaroberto.com.br/>, ou pelo Portal Nacional de Compras Públicas. **Markenned Soares de Souza – Pregoeiro**, São Roberto/MA, 07 de abril de 2026.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Estado do Maranhão - SETCEMA, conforme disposições estatutárias, convoca as Empresas de Transportes de Cargas e Logística para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 14 de abril de 2026, na sede da entidade, localizada na Estrada de Ribamar, 1785 Sala 01 Km 02 – Planalto Anil, São Luís - MA, às 08:30h, em primeira convocação, e às 9h, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para debate e deliberação sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 – Abertura da negociação das convenções coletivas de trabalho para o período de 2026/2027; 2 – Eleição da Comissão de Negociação Trabalhista; 3 – Concessão de Poderes à Comissão; 4 – Discussão e aprovação do valor e do vencimento da Contribuição Assistencial Patronal/2026; 5 – Assuntos Correlatos.

São Luís, 09 de abril de 2026.

**Antonio Marcos Oliveira.**  
Presidente

LAGO-PEDRA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026-SRP

O Município de Lago da Pedra (MA), por meio da Secretaria Municipal de Saúde, avisa aos interessados que fará Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de licitação: Menor preço por lote, que será regida pela Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 113/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS EM ANÁLISES CLÍNICAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Data e horário do início da disputa: 28 de abril de 2026, às 09h00 (nove horas). Site para realização do Pregão: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e as empresas definidas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Meios de disponibilização do edital: no site do LICITANET ([www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/)), PORTAL DA TRANSPARENCIA (<https://lagoapedra.ma.gov.br/acessoinformacao.php>), PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Maiores informações poderão ser obtidas nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de Lago da Pedra - MA, ou ainda através do e-mail: [licitacao@lagoapedra.ma.gov.br](mailto:licitacao@lagoapedra.ma.gov.br). Lago da Pedra- MA, 08 de abril de 2026. LAURA BEATRIZ MENDES SANTOS, Secretária Municipal de Saúde.

LAGO-PEDRA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026-SRP

O Município de Lago da Pedra (MA), por meio da Secretaria Municipal de Educação, avisa aos interessados que fará Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de licitação: Menor preço por item, que será regida pela Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 113/2024. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o Fornecedor de Merenda Escolar, visando atender demanda da Secretaria Municipal de Educação. Data e horário do início da disputa: 29 de abril de 2026, às 09h00 (nove horas). Site para realização do Pregão: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e as empresas definidas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Meios de disponibilização do edital: no site do LICITANET ([www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/)), PORTAL DA TRANSPARENCIA (<https://lagoapedra.ma.gov.br/acessoinformacao.php>), PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Maiores informações poderão ser obtidas nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de Lago da Pedra - MA, ou ainda através do e-mail: [licitacao@lagoapedra.ma.gov.br](mailto:licitacao@lagoapedra.ma.gov.br). Lago da Pedra- MA, 08 de abril de 2026. ERIDAN BEZERRA DO NASCIMENTO FARIAS, Secretária Municipal de Educação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16ª REGIÃO – CREFITO 16

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região, torna público que realizará licitação para registro de preço visando futura e eventual aquisição de veículos dos tipos caminhonetes, pick-up's leve e SUV's para apoio às atividades de fiscalização e demandas institucionais, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, conforme Edital e anexos, por meio do Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, em sessão pública a ser realizada no dia 24/04/2026 às 14h00min (horário de Brasília), através da plataforma [comprasnet](http://comprasnet.com.br), endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg>. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma e no sítio oficial do CREFITO-16 <https://www.crefito16.gov.br/>. Informações pelo e-mail: [compras@crefito16.gov.br](mailto:compras@crefito16.gov.br) e telefone: (98) 3304-7779.

Alexandre Santos Miranda  
Pregoeiro

BARRA DO CORDA  
ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 01/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO 37/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.186/2025

Na publicação do jornal O imparcial do dia 24 de fevereiro de 2026, página 06, onde se lê: R\$ 36.423,63 (trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos). Lê-se: 33.360,93 (trinta e três mil, trezentos e sessenta reais e noventa e três centavos) DATA: Barra do Corda (MA), 08 de abril de 2026. Publique-se: ASS ANTONIA MARIA PEREIRA DA COSTA. CARG. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/BARRA DO CORDA.

BARRA DO CORDA  
ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026. A Prefeitura Municipal de Barra do Corda – MA, através da Agente de contratação e equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos que estará realizando Licitação na MODALIDADE: CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento, menor VALOR GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução das obras de construção da 1ª etapa do Estádio Municipal de Barra do Corda/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Início da disputa ocorrerá dia 30 de abril de 2026 às 09:00h, horário de Brasília/DF. Local: Portal de compras Licitanet - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos, junto à Comissão Especial de Licitação – CEL, na sede da Prefeitura, localizada na Isaac Martins, Nº 371, Centro – Barra do Corda – MA, CEP: 65950-000, no horário de 08h00min às 12h00min, Portal do Município: [www.barradocorda.ma.gov.br](http://www.barradocorda.ma.gov.br), ou no Portal de Compras Licitanet. Para mais esclarecimentos a licitação, entrar em contato por meio do seguinte endereço eletrônico: [celbarradocorda@gmail.com](mailto:celbarradocorda@gmail.com). Barra do Corda – MA, 08 de abril de 2026. Sara Ferreira Costa Fleury, Agente de Contratação do município.

**COMUNICAÇÃO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS)**, CNPJ: 13.816.886/001-98, através da representante legal ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA, portador do CPF nº 629335313-72, torna público que RECEBEU da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) a Licença Prévia para a Unidade Básica de Saúde de Parque dos Nobres – Tipo IV, localizada na Rua dos Imperadores, s/n, Parque dos Nobres, Cep 65044-845, São Luís/MA, conforme dados constantes no processo nº SEI 15901.000769/2026.

São Luís, quinta-feira, 9 de abril de 2026

**EQUATORIAL S.A.***Companhia Aberta*

CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

NIRE 21.300.00938-8 | Código CVM nº 02001-0

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 25 de março de 2026, às 13:15, na sede da EQUATORIAL S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, sala 31, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP: 65.070-900. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Convocação realizada nos termos do artigo 16, § 4º, do Estatuto Social da Companhia. Presentes, por videoconferência, em conformidade com o art. 16, § 6º, do Estatuto Social da Companhia, a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Eduardo Parente Menezes, Guilherme Mexias Aché, Dennis Hershkowitz, Luís Henrique de Moura Gonçalves, Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, Tania Sztamfater Chocolat, Tiago de Almeida Noel e Tinn Freire Amado. Presentes também, em atendimento ao art. 163, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), os membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. Saulo de Tarso Alves de Lara, Maria Salete Garcia Pinheiro e Vanderlei Dominguez da Rosa, nas discussões referentes aos itens (iii), (viii), (ix) e (x) da ordem do dia. **3. MESA:** Presidente: Eduardo Parente Menezes; Secretária: Carolina Maria Matos Vieira. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) tomar conhecimento e analisar o relatório trimestral do Comitê Operacional ("CO"), a ser apresentado pelo coordenador do CO; (ii) tomar conhecimento e analisar o relatório trimestral referente ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2025 e o relatório anual resumido das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a ser apresentado pelo Sr. Tiago de Almeida Noel, na qualidade de coordenador do CAE; (iii) tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Tiago de Almeida Noel do cargo de membro e coordenador do CAE; (iv) a eleição do Sr. Tinn Freire Amado como membro e coordenador do CAE; (v) a eleição da Sra. Tania Sztamfater Chocolat como membro do Comitê de Estratégia e Novos Negócios ("CENN"); (vi) tomar conhecimento e analisar o relatório trimestral do CENN, a ser apresentado pelo coordenador do CENN; (vii) tomar conhecimento e analisar o relatório trimestral do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade ("CPGS"), a ser apresentado pela coordenadora do CPGS; (viii) apreciar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do CAE, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("DFs 2025"), bem como aprovar sua submissão à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser oportunamente convocada ("AGOE 2026"); (ix) apreciar o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (x) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (xi) a proposta da administração para fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (xii) a proposta da administração para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (xiii) a proposta da administração para fixação da remuneração anual global da administração e do Conselho Fiscal para o exercício de 2026, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (xiv) a proposta da administração para a alteração do caput do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (xv) a proposta da administração para a ratificação da nomeação da empresa especializada Baker Tilly Corporate Finance Assessoria Empresarial LTDA. (CNPJ/MF nº 63.228.207/0001-38), responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor econômico da Companhia, para fins de verificação do valor de reembolso das ações em decorrência do exercício do direito de resgate, nos termos do artigo 45, § 3º, da Lei das S.A., na hipótese de aprovação da redução do dividendo obrigatório da Companhia ("Laudo de Avaliação"), bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (xvi) a proposta da administração para a alteração do artigo 27, § 2º, item (iii), do Estatuto Social da Companhia para redução do dividendo obrigatório ("Redução do Dividendo Obrigatório"), bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (xvii) a proposta da administração para a alteração dos itens (iv) e (v) do artigo 27, § 2º, do Estatuto Social da Companhia para adequação das disposições estatutárias, condicionada à aprovação da Redução do Dividendo Obrigatório, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (xviii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026; (xix) a convocação da AGOE 2026 para submissão ao exame, deliberação e votação nas propostas dos itens (viii) a (xviii) acima; (xx) a aprovação, nos termos do estatuto social da Companhia, (a) da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA ("CEA"), no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na data de emissão ("Emissão CEA" e "Debêntures CEA" respectivamente), a ser formalizada por meio da celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA" a ser celebrado entre a CEA, a(s) instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários a ser(em) contratada(s) no âmbito da Emissão CEA e da Oferta CEA e a Companhia ("Contrato de Distribuição CEA"), e eventuais aditamentos a tais documentos que se façam necessários; (xxi) a aprovação, nos termos do estatuto social da Companhia, (a) da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D ("CEEE-D"), no valor total de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão ("Emissão CEEE-D" e "Debêntures CEEE-D" respectivamente, sendo a Emissão CEA em conjunto com a Emissão CEEE-D, "Emissões" e as Debêntures CEA, em conjunto com as Debêntures CEEE-D, "Debêntures"), a ser formalizada por meio da celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D" a ser celebrado entre a CEEE-D, a(s) instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários a ser(em) contratada(s) no âmbito da Emissão CEEE-D e da Oferta CEEE-D e a Companhia ("Contrato de Distribuição CEEE-D" e, em conjunto com o Contrato de Distribuição CEA, "Contratos de Distribuição"), e eventuais aditamentos a tais documentos que se façam necessários; (xxii) a aprovação, nos termos do estatuto social da Companhia, da outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, em favor dos titulares das Debêntures CEA, no âmbito da Emissão CEA ("Fiança CEA") até a integral quitação das Obrigações Garantidas CEA (conforme definido abaixo); (xxiii) aprovação, nos termos do estatuto social da Companhia, da outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, em favor dos titulares das Debêntures CEEE D, no âmbito da Emissão CEEE-D ("Fiança CEEE-D" e, em conjunto com a Fiança CEA, "Fianças") até a integral quitação das Obrigações Garantidas CEEE-D (conforme definido abaixo); (xxiv) a autorização para que os diretores da Companhia e/ou os procuradores da Companhia (a) pratiquem todos e quaisquer atos e firmem todos e quaisquer documentos necessários à outorga das Fianças e à realização das Emissões e das Ofertas, incluindo, mas não se limitando à celebração das Escrituras de Emissão, do aditamento à Escritura de Emissão CEA para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures CEA (conforme definido abaixo), do aditamento à Escritura de Emissão CEEE-D para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures CEEE-D (conforme definido abaixo) e dos Contratos de Distribuição, bem como de quaisquer aditamentos, procurações, formulários, cartas, declarações e notificações, nos termos e para os fins deste item; e (b) pratiquem todos e quaisquer atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências perante a junta comercial competente ou quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária, a adoção de quaisquer medidas para a implementação e formalização das deliberações a serem tomadas na presente reunião do conselho de administração, especialmente para a realização das Emissões e das Ofertas, com outorga das respectivas Fianças; e (xv) a ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados pelos diretores da Companhia e/ou por procuradores da Companhia para a outorga das Fianças e para a realização das Ofertas. **5. DELIBERAÇÕES:** Após o exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração

presentes à reunião deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: 5.1. Tomar conhecimento e analisar o relatório do CO, conforme cópia disponibilizada no Portal de Governança da Companhia. 5.2. Tomar conhecimento e analisar (i) o relatório trimestral do CAE, incluindo os temas envolvendo Gestão, Avaliação e Monitoramento das Exposições de Riscos, Plano Anual de Auditoria Interna, Orçamento Anual do CAE 2026, Relatório periódico do Canal de Denúncias, Mapa de Riscos, Relatório periódico de Transações com Partes Relacionadas, Relatórios de Auditoria Interna, Participação na AGO 2026, Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, Avaliação da Área de Auditoria Interna e outros temas de interesse do CAE; e (ii) o relatório anual resumido das atividades do CAE referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, apresentados pelo Sr. Tiago de Almeida Noel, na qualidade de coordenador do CAE, conforme documentos disponibilizados no Portal de Governança da Companhia. 5.2.1. Consignar que o Sr. Tiago de Almeida Noel, na qualidade de membro do Conselho de Administração e de Coordenador do CAE, absteve-se de avaliar o relatório trimestral e o relatório anual resumido das atividades do CAE apresentado. 5.3. Tomar conhecimento da renúncia do Sr. Tiago de Almeida Noel do cargo de membro e coordenador do CAE, conforme comunicação formal encaminhada e arquivada na sede da Companhia. 5.3.1. Consignar que a renúncia produzirá efeitos a partir de 1º de abril de 2026, permanecendo no exercício de suas funções até 31 de março de 2026. 5.4. Aprovar a eleição do Sr. Tinn Freire Amado, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da identidade nº 1.536.768 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 033.589.836-09, com endereço profissional localizado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1204, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200, ao cargo de membro e coordenador do CAE, a partir de 1º de abril de 2026, para completar o mandato a se encerrar na primeira reunião que sobrevier à Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2026. 5.4.1. Consignar que, em decorrência da alteração no CAE, o órgão passará a ser composto pelos seguintes membros, todos com mandato unificado a se encerrar na primeira reunião que sobrevier à Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2026: a. Tinn Freire Amado, na qualidade de coordenador do CAE; b. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração e membro do CAE com reconhecida experiência de contabilidade societária, nos termos do art. 31 - C, da Resolução CVM nº 23; e c. Jorge Roberto Manoel, na qualidade membro efetivo do CAE. 5.5. Aprovar a eleição da Sra. Tânia Sztamfater Chocolat, brasileira, casada, engenheira, portadora da identidade nº 29.583.965-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 278.583.348-16, com endereço comercial em Brasília, Distrito Federal, na SCS, Quadra 9, Bloco A, 12º andar, salas 1201, 1202, 1204 e 1205, Edifício Parque Cidade Corporate, Asa Sul, CEP 70.308-200, ao cargo de membro do CENN, com efeitos imediatos, para completar o mandato a se encerrar na primeira reunião que sobrevier à Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2026. 5.5.1. Consignar que, em decorrência da alteração no CENN, o órgão passará a ser composto pelos seguintes membros, todos com mandato unificado a se encerrar primeira reunião que sobrevier à Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2026: a. Tiago de Almeida Noel, na qualidade de Coordenador do CENN; b. Tinn Freire Amado, na qualidade de membro efetivo do CENN; c. Felipe Dutra Cançado, na qualidade de membro efetivo do CENN; d. Luís Henrique de Moura Gonçalves, na qualidade de membro efetivo do CENN; e. Tânia Sztamfater Chocolat, na qualidade de membro efetivo do CENN. 5.6. Tomar conhecimento e analisar o relatório trimestral do CENN, conforme cópia disponibilizada no Portal de Governança da Companhia. 5.7. Tomar conhecimento e analisar o relatório trimestral do CPGS, disponibilizada no Portal de Governança da Companhia. 5.7.1. Consignar que o CPGS recomendou, dentre outros assuntos, a submissão dos temas pertinentes à AGOE da Companhia, incluindo a indicação dos membros do Conselho Fiscal, nos termos de seu Regimento Interno e da Política de Indicação da Companhia. 5.8. Apreciar as DFs 2025, bem como aprovar sua submissão à AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.8.1. Consignar que a manifestação do Conselho de Administração considera o parecer do CAE, que recomendou a integral aprovação das DFs 2025. 5.9. Apreciar o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026, conforme cópias que ficam arquivadas na sede da Companhia. 5.10. Aprovar a proposta da administração, a ser submetida à AGOE 2026, para destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, do lucro líquido no valor de R\$ 1.678.352.492,65 (um bilhão, seiscentos e setenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos) e reservas de lucros, conforme segue: (i), (ii), (iii). R\$ 547.000.372,29 (quinhentos e quarenta e sete milhões, trezentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos) será destinado para a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa, nos termos do art. 195-A da Lei das S.A.; R\$ 56.567.606,02 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, seiscentos e seis reais e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado pela Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa, será destinado para a constituição da Reserva Legal, em linha com o disposto no art. 193 da Lei das S.A.; R\$ 1.074.784.514,34 (um bilhão, setenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e quatorze reais e trinta e quatro centavos), correspondente ao lucro líquido ajustado pela Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa e pela Reserva Legal, a ser destinado da seguinte forma: a. O valor bruto de R\$ 167.698.667,00 (cento e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais), já declarado a título de juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido de R\$ 142.543.866,95 (cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos) foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e b. R\$ 907.085.847,34 (novecentos e sete milhões, oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos) a ser destinado para a Reserva para Investimento e Expansão, nos termos do art. 27, § 2º, (iv), do Estatuto Social da Companhia. 5.10.1. Consignar que: (a) conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2025, o montante total bruto de R\$ 809.545.589,88 (oitocentos e nove milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos) foi distribuído a título de juros sobre capital próprio, com lastro na Reserva Estatutária de Investimento e Expansão da Companhia existente nas informações financeiras de 30 de junho de 2025, correspondente ao montante líquido de R\$ 749.492.222,67 (setecentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos), dos quais foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório o montante total líquido de R\$ 126.152.261,64 (cento e vinte e seis milhões e cento e cinquenta e dois mil e duzentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos); e (b) conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2025, o montante total bruto de R\$ 167.698.667,00 (cento e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil e seiscentos e sessenta e sete reais), a título de juros sobre capital próprio, com lastro no lucro líquido do exercício apurado nas informações financeiras de 30 de setembro de 2025, correspondente ao montante total líquido de R\$ 142.543.866,95 (cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos), o qual foi imputado ao dividendo obrigatório. 5.10.2. Adicionalmente, consignar que, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2025, foi aprovada a distribuição do montante total bruto de R\$ 1.009.807.111,57 (um bilhão, nove milhões, oitocentos e sete mil, cento e onze reais e cinquenta e sete centavos), a título de juros sobre capital próprio, com lastro na reversão da reserva de lucros a realizar da Companhia, correspondente ao montante total líquido de R\$ 934.897.849,09 (novecentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e sete mil, oitocentos e quarenta e nove reais e nove centavos). 5.11. Aprovar a proposta da administração para a fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a sua submissão à AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.12. Aprovar a proposta da administração para a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, bem como a sua submissão à AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.13. Aprovar a proposta da administração para fixação da remuneração anual global da administração e do Conselho Fiscal para o exercício de 2026, bem como a sua submissão à AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.14. Aprovar a proposta da administração para a alteração do caput do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia, bem como a sua submissão à AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.15. Aprovar a proposta da administração para ratificação da nomeação da empresa avaliadora, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.16. Aprovar a proposta da administração para a alteração do artigo 27, § 2º, item (iii), do Estatuto Social da Companhia, para Redução do Dividendo Obrigatório, bem como a sua submissão à AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.17. Aprovar a proposta da administração para a alteração dos itens (iv) e (v) do artigo 27, § 2º, do Estatuto Social da Companhia para adequação das disposições estatutárias, condicionada à aprovação da Redução do Dividendo Obrigatório, bem como aprovar a sua submissão à AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.18. Aprovar a proposta da administração para a consolidação do Estatuto Social da Companhia, bem como a sua submissão à AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.19. Aprovar a convocação da AGOE 2026, bem como a submissão da respectiva proposta da administração ao exame, discussão e votação da AGOE 2026, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.19.1. Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação pertinentes, o edital de convocação, a proposta da administração e as demais informações e os

documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGOE, serão oportuna e tempestivamente divulgados aos acionistas. 5.20. Aprovar: (a) a realização da Emissão CEA e da Oferta CEA, cujas condições e características serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão CEA e do Contrato de Distribuição CEA, com as seguintes principais características: 500.000 (quinhentas mil) Debêntures CEA, cada uma com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário CEA") na data de emissão a ser prevista na Escritura de Emissão CEA ("Data de Emissão CEA"), vencendo-se as Debêntures CEA em 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão CEA, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures CEA em razão da ocorrência de seu resgate antecipado, do resgate da totalidade das Debêntures CEA decorrente de oferta de resgate antecipado e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures CEA, conforme os termos a serem previstos na Escritura de Emissão CEA, sendo que (A) o Valor Nominal Unitário CEA ou o saldo do Valor Nominal Unitário CEA, conforme o caso, não será atualizado monetariamente; e (B) incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrup, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread (sobretaxa) correspondente a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures CEA a ser realizado no âmbito da Oferta CEA, sendo tal percentual limitado a 0,90% (zero inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração das Debêntures CEA"). A Remuneração das Debêntures CEA será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das Debêntures CEA ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures CEA imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão CEA; e (b) a celebração, pela CEA, de todos os documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão CEA e da Oferta CEA, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão CEA, o aditamento à Escritura de Emissão CEA para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures CEA, o Contrato de Distribuição CEA e eventuais aditamentos a tais documentos que se façam necessários. 5.21. Aprovar: (a) a realização da Emissão CEEE-D e da Oferta CEEE-D, cujas condições e características serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão CEEE-D e do Contrato de Distribuição CEEE-D, com as seguintes principais características: 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures CEEE-D, cada uma com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário CEEE-D") na data de emissão a ser prevista na Escritura de Emissão CEEE-D ("Data de Emissão CEEE D"), vencendo-se as Debêntures CEEE-D em 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão CEEE-D, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures CEEE-D em razão da ocorrência de seu resgate antecipado, do resgate da totalidade das Debêntures CEEE-D decorrente de oferta de resgate antecipado e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures CEEE-D, conforme os termos a serem previstos na Escritura de Emissão CEEE-D, sendo que (A) o Valor Nominal Unitário CEEE-D ou o saldo do Valor Nominal Unitário CEEE-D, conforme o caso, não será atualizado monetariamente; e (B) incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de um spread (sobretaxa) correspondente a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures CEEE-D a ser realizado no âmbito da Oferta CEEE-D, sendo tal percentual limitado a 0,75% (zero inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração das Debêntures CEEE-D"). A Remuneração das Debêntures CEEE D será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das Debêntures CEEE-D ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures CEEE-D imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures CEEE-D será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão CEEE-D; e (b) a celebração, pela CEEE-D, de todos os documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão CEEE-D e da Oferta CEEE-D, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão CEEE-D, o aditamento à Escritura de Emissão CEEE-D para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures CEEE-D, o Contrato de Distribuição CEEE-D e eventuais aditamentos a tais documentos que se façam necessários. 5.22. Aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança CEA, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas (a) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela CEA, do Valor Nominal Unitário CEA ou do saldo do Valor Nominal Unitário CEA das Debêntures CEA, conforme o caso, da Remuneração das Debêntures CEA, dos encargos moratórios a serem previstos na Escritura de Emissão CEA e dos demais encargos, relativos às Debêntures CEA, quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures CEA, conforme venha a ser previsto na Escritura de Emissão CEA; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela CEA nos termos das Debêntures CEA, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao banco liquidante, ao escriturador, à B3, ao agente fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão CEA; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o agente fiduciário e/ou os titulares das Debêntures CEA venham a desembolsar no âmbito da Emissão CEA e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão das garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais garantias, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão CEA ("Obrigações Garantidas CEA"), obrigando-se, dessa forma, como garantidora e principal pagadora, de forma solidária com a CEA, do valor devido em razão das Obrigações Garantidas CEA, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme em vigor ("Código Civil"), e artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme em vigor ("Código de Processo Civil"), sendo certo que as obrigações assumidas pela Companhia na Fiança CEA vigorarão até a quitação integral das Obrigações Garantidas CEA. 5.23. Aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança CEEE-D, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas (a) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela CEEE-D, do Valor Nominal Unitário CEEE-D ou do saldo do Valor Nominal Unitário CEEE-D das Debêntures CEEE-D, conforme o caso, da Remuneração das Debêntures CEEE-D, dos encargos moratórios a serem previstos na Escritura de Emissão CEEE-D e dos demais encargos, relativos às Debêntures CEEE-D, quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures CEEE-D, conforme venha a ser previsto na Escritura de Emissão CEEE-D; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela CEEE-D nos termos das Debêntures CEEE-D, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao banco liquidante, ao escriturador, à B3, ao agente fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão CEEE-D; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o agente fiduciário e/ou os titulares das Debêntures CEEE-D venham a desembolsar no âmbito da Emissão CEEE-D e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão das garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais garantias, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão CEEE-D ("Obrigações Garantidas CEEE-D"), obrigando-se, dessa forma, como garantidora e principal pagadora, de forma solidária com a CEEE-D, do valor devido em razão das Obrigações Garantidas CEEE-D, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigos 130, inciso II, e 794 do Código de Processo Civil, sendo certo que as obrigações assumidas pela Companhia na Fiança CEEE-D vigorarão até a quitação integral das Obrigações Garantidas CEEE-D. 5.24. Autorizar os diretores da Companhia e os procuradores da Companhia a (a) praticarem todos e quaisquer atos e firmarem todos e quaisquer documentos necessários à outorga das Fianças e à realização das Emissões e das Ofertas, incluindo, mas não se limitando à celebração das Escrituras de Emissão, do aditamento à Escritura de Emissão CEA para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures CEA, do aditamento à Escritura de Emissão CEEE-D para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures CEEE-D e dos Contratos de Distribuição, bem como de quaisquer aditamentos, procurações, formulários, cartas, declarações e notificações, nos termos e para os fins deste item; e (b) praticarem todos e quaisquer atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências perante a junta comercial competente ou quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária, a adoção de quaisquer medidas para a implementação e formalização das deliberações acima, especialmente para a realização das Emissões e das Ofertas, com outorga das respectivas Fianças. 5.25. Aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados pelos diretores da Companhia e por procuradores da Companhia para a outorga das Fianças e para a realização das Ofertas. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e, ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos. Certifico o registro em 02/04/2026, sob o nº 20260368644. Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral - JUCEMA.

São Luís, quinta-feira, 9 de abril de 2026

MOTO CLUB

# “Necessitamos de mais três peças”, diz presidente

Clube vai buscar dois atacantes e um lateral. O problema financeiro, no entanto, preocupa, devido à falta de patrocínios

NERES PINTO

Consciente de que o Moto ainda precisa melhorar muito para buscar a classificação da próxima fase da Série D do Campeonato Brasileiro, o presidente Luís Carlos Matos disse ontem ao **O Imparcial** que pretende fazer mais três contratações: dois atacantes e pelo menos um lateral. O dirigente, porém, esbarra na questão financeira. “Realmente, necessitamos de mais três peças. O problema está na situação financeira, pois não podemos extrapolar o nosso teto. Primeiro, temos que regularizar a situação dos atletas que estão trabalhando no dia a dia. A necessidade é urgente, mas temos de trabalhar com os pés no chão para não cometer os erros de outrora”, afirmou.

## Lesões atrapalham

A delegação do Moto Club deverá viajar para Maracanaú, no estado do

Ceará, nesta quinta-feira, mas três jogadores que estavam nos planos do técnico não serão relacionados.



Um deles (Vitor Sousa), começou o jogo do último sábado, mas sentiu uma lesão muscular e depois de examinado ficou constatado que ele só

podrá retornar aos treinamentos dentro de aproximadamente 60 dias. Fernando Tonet também esperava contar com o volante Jair Alemão e o atacante Bacurau, mas estes também devem ficar fora por uma ou duas semanas, e não deverão jogar nem contra o Sampaio Corrêa no dia 18.

A equipe que vai disputar o segundo jogo no Brasileiro só deverá ser anunciada após o treino de amanhã ou antes do jogo, mas é quase certo que terá poucas modificações em relação ao jogo anterior.

*Primeiro, temos que regularizar a situação dos atletas que estão trabalhando no dia a dia*

# Sampaio anuncia chegada de mais reforços

Integrante do mesmo grupo do Moto no Brasileiro, o Sampaio parece não estar passando por dificuldade semelhante na hora de contratar. O Tricolor está anunciando a chegada de dois jogadores: um goleiro e um atacante que atuará pelos lados do campo. Para o gol, o nome pretendido era Marcelo, da Jacuipense-BA, mas o time baiano avançou na Copa do Brasil e as negociações foram suspensas. Os contatos são feitos pelo gerente de futebol Rodrigo Ramos, que não quis adiantar o nome do profissional que estava sendo esperado nesta madrugada de quinta-feira. O clube também pesquisa no mercado da bola com vistas à aquisição de um lateral e um volante.

Para o jogo contra o IAPE, no próximo sábado, no Nhozinho Santos, a tendência é o técnico Francisco Diá fazer algumas modificações, levando em conta o crescimento da equipe no segundo tempo da partida contra o

Iguatu. Carral e Adriano, um deles poderá aparecer como titular no setor de ataque.

A preparação para este jogo vai continuar até amanhã e uma das preocupações da comissão técnica é o forte da “bola parada”, ou seja, as cobranças de faltas e escanteios, que tem como protagonista o lateral-esquerdo Michael. Nas últimas partidas do IAPE, ele foi crucial nesse quesito.

O jogo terá início às 17h e já começou a venda de ingressos. As cadeiras cobertas custarão R\$ 50,00 e os demais setores R\$ 25,00 no sistema “Meia entrada para Todos”. Por se tratar da primeira apresentação dos tricolores em casa, após o estadual e a reformulação do elenco, a diretoria acredita que um bom público comparecerá ao estádio da Vila Passos, até porque o jogo será contra o atual campeão maranhense da temporada de 2026.

O Sampaio vem de um empate com

o Iguatu, fora de casa, e o IAPE também empatou diante de um clube cearense, mas jogando em casa, no mesmo palco do duelo da próxima rodada.

## Poucos gols

A primeira rodada da Série C do Brasileiro de 2026, que começou no sábado (4), já foi um indício de que a competição tende a ser bastante equilibrada. Dos oito jogos realizados, só um registrou um placar com mínimo de dois gols de diferença: a vitória do Ituanu sobre o Anápolis, por 2 a 0, no Novelli Júnior, no domingo (5). Houve um empate, no sábado, entre Maranhão e Guarani, no Castelão, em São Luís (1 a 1), no jogo que abriu o campeonato. Com exceção dessas duas partidas, todas as outras terminaram com vantagem mínima, inclusive a vitória por 1 a 0 do Santa Cruz sobre o Itabaiana-SE, com gol de Marquinhos.

**BACABAL SAAE**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026  
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bacabal (MA), torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2026, Processo Administrativo nº 51/2026, do tipo menor preço por item, que tem como objeto o Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos químicos para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE/Bacabal, com data de abertura dia 27/04/2026 às 09:00h. O presente Edital está à disposição dos interessados onde poderão ser consultados ou obtidos GRATUITAMENTE pela internet no site do Licitanet (<https://www.licitanet.com.br>) e pelo e-mail: [cpl@saee.bacabal.ma.gov.br](mailto:cpl@saee.bacabal.ma.gov.br)  
Bacabal-MA, 09 de abril de 2026.  
Mário Anselmo Souza Lopes  
Pregoeiro

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APICUM-AÇU/MA  
AVISO DE LICITAÇÃO CCE 001/2026-REPUBLICAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026. REF. PROCESSO Nº 004.01/2026. A Prefeitura Municipal de Apicum-Açu - MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que promoverá Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço por lote, empreitada por preço global, modo de disputa aberto, em caráter de orçamento sigiloso, através do portal [www.portaldecomprasapicumacu.com.br](http://www.portaldecomprasapicumacu.com.br), objetivando a contratação de empresa especializada em obras para reformas de quadras de areia no município de Apicum-Açu/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações dadas pela Lei 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e demais legislação correlata e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Data de abertura: 24/04/2026 às 09:00h (Horário de Brasília). O Edital e seus anexos poderão ser examinados ou retirados no Portal de licitações [www.portaldecomprasapicumacu.com.br](http://www.portaldecomprasapicumacu.com.br), assim como no portal da transparência [www.apicumacu.ma.gov.br](http://www.apicumacu.ma.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Os pedidos de esclarecimento e impugnações serão realizados na forma disposta no Edital. Apicum-Açu/MA, 06 de abril de 2026. Francisco Brito Lucena, Secretário Municipal de Administração.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APICUM-AÇU/MA  
AVISO DE LICITAÇÃO PE 004/2026-REPUBLICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026-SRP, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002.03/2026. A Prefeitura Municipal de Apicum-Açu/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema Registro de Preços, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, em caráter de orçamento sigiloso, para execução indireta por empreitada por preço unitário, com participação exclusiva de ME/EPP nos itens que não ultrapassem o valor estimado de R\$ 80.000,00, e para os demais itens cota de 25% exclusivos para ME/EPP, tendo por objetivo o Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios para atender as necessidades das secretarias e fundos do Município de Apicum Açu/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, com fulcro no art. 187, fundamentada na Lei 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e demais legislação correlata e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Data de abertura: 22/04/2026 às 09:00h (Horário de Brasília). O Edital e seus anexos poderão ser examinados ou retirados no Portal de licitações [www.portaldecomprasapicumacu.com.br](http://www.portaldecomprasapicumacu.com.br), assim como no portal da transparência [www.apicumacu.ma.gov.br](http://www.apicumacu.ma.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Os pedidos de esclarecimento e impugnações serão realizados na forma disposta no Edital. Apicum-Açu/MA, 06 de abril de 2026. Wallason Ribeiro Monteiro, Secretário Municipal de Saúde.

SENALBA-MA  
Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas de Serviço Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado do Maranhão.  
Inscrição no CNPJ: 09.878.670/0001-02 - Código Sindical: 011.000099-4  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
A Diretoria Colegiada Executiva do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas de Serviço Social de Orientação e Formação Profissional do Estado do Maranhão - SENALBA-MA, CONVOCA todos os trabalhadores do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI E O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, filiados ou não para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, presencial a realizar-se no dia 11/04/2026 (sábado) às 09H00 em primeira convocação e 09H30 em segunda convocação, na Sede do Sindicato, na Rua Genésio Régio, 286 Monte Castelo com qualquer número de pessoas para apresentação e deliberação da seguinte pauta:  
CONTRAPROPOSTA AO CORDO COLETIVO DE TRABALHO 2026/2027  
São Luís (MA), 30 de março de 2026.  
Miguel Mendes Nascimento Filho  
Presidente do SENALBA-MA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP  
AVISO DE LICITAÇÃO  
LRE ELETRÔNICA Nº 007/2026 - EMAP  
A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP, torna público que realizará a LICITAÇÃO LRE ELETRÔNICA Nº 007/2026 - EMAP, no modo de disputa, ABERTA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO, orçamento SIGILOSO no dia 06/05/2026, às 09:30 horas, Horário de Brasília, por meio do uso de recursos de tecnologia da informação, pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO (SCA), INCLUINDO O FORNECIMENTO E A REPOSIÇÃO DE PEÇAS E/OU EQUIPAMENTOS, QUANDO NECESSÁRIOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP. Conforme quantitativos e especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital, que consta nos autos do Processo Administrativo Eletrônico n.º 00601/2026-EMAP, de 26/02/2026, e em conformidade com as disposições do novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, de 29/07/2025, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos sites [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.emap.ma.gov.br](http://www.emap.ma.gov.br), no link Transparência/Compras, podendo ainda ser adquirido gratuitamente na CSL/EMAP, mediante solicitação pelo e-mail: [csl@emap.ma.gov.br](mailto:csl@emap.ma.gov.br), durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Fones: (98) 3216-6533/3216-6532 e 3216-6517. Esclarecimentos e informações adicionais serão prestados aos interessados no site [www.emap.ma.gov.br](http://www.emap.ma.gov.br), no link transparência/compras e ou notificação direta através de ofício ou e-mail. Telefones: (98) 3216-6028 e 3216-6533. São Luís/MA, 07 de abril de 2026.  
Ciane Sozino de Souza  
Gerente de Compras e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS  
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL  
Aviso de Republicação no 3662950/2026 - CPL São Luís - MA, 07 de abril de 2026  
AVISO DE REPUBLICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO - No. 90.014/2026/CPL/PMSL  
A Prefeitura de São Luís, por meio da Central Permanente de Licitação, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO No. 90.014/2026/CPL/PMSL, no dia 27/04/2026, às 09h30min, horário de Brasília, através do [compras.gov.br](http://compras.gov.br), objetivando o registro de preços para futura e eventual contratação de serviço de abastecimento de água potável por meio de carro-pipa para atender às necessidades da SEMUS. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico <https://www.saoluís.ma.gov.br/portal/editais/1> e/ou no <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. São Luís - MA, 07 de abril de 2026. Monique Castro Gusmão. Pregoeira CPL/PMSL/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS  
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL  
Aviso de Suspensão no 3673185/2026 - CPL São Luís - MA, 08 de abril de 2026  
REF.: Processo Administrativo SEI no 16101.008293/2026  
OBJETO: Contratação de empresa especializada para Implantação de Abrigos de Passageiros e Requalificação de Calçadas em Corredores Urbanos do Município de São Luís - PAC Mobilidade Urbana.  
AVISO DE SUSPENSÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA No. 90.015/2026/CPL/PMSL  
A Prefeitura de São Luís, por meio da Central Permanente de Licitação, comunica aos interessados a SUSPENSÃO da licitação referente a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA No. 90.015/2026/CPL/PMSL, até ulterior deliberação, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução de obras de engenharia destinadas à implantação de abrigos de passageiros e requalificação de calçadas em corredores urbanos do Município de São Luís - MA, no âmbito do PAC Mobilidade Urbana, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos, que teria sua abertura no dia 28/04/2026, às 09h30. A referida suspensão se dá em razão das adequações das peças técnicas anexas ao edital, promovidas pelo órgão demandante em atendimento a pedido de esclarecimento apresentado por interessado, em cumprimento ao disposto no art. 55, §1º da Lei Federal no 14.133/2021. A adequação ensejará a republicação do edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido. São Luís - MA, 08 de abril de 2026. Nize Tatiane Vieira Oliveira de Castro - Membro Relatora - Portaria n.º 33/2025/CPL/PMSL/MA.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026. A Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Maranhão - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando contratação de empresa especializada na aquisição de Equipamentos para o Hospital Municipal Hemetério Marcos Webba de Nova Olinda do Maranhão - MA. A sessão será realizada através do Portal Licit Nova Olinda, pelo endereço eletrônico [www.licitanovaoлиндama.com.br](http://www.licitanovaoлиндama.com.br), com data de abertura agendada para 24 de abril de 2026 às 10:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço [www.novaoлиндama.gov.br](http://www.novaoлиндama.gov.br), ou ainda pelo endereço Portal Licit Nova Olinda, [www.licitanovaoлиндama.com.br](http://www.licitanovaoлиндama.com.br) e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Nova Olinda do Maranhão - MA, 17 de março de 2026. Cristina de Sousa Coelho - Secretária Municipal de Saúde 5/2025.

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA SRP Nº 07/2026. A Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Maranhão - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência - Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capina manual e mecânica, roço, catação, varrição, retirada de resíduos provenientes dos serviços com destinação de acordo com a legislação ambiental vigente, com fornecimento de todos os materiais, sob demanda, equipamentos e mão de obra no município de Nova Olinda do Maranhão - MA. A sessão será realizada através do Portal Licit Nova Olinda, pelo endereço eletrônico [www.licitanovaoлиндama.com.br](http://www.licitanovaoлиндama.com.br), com data de abertura agendada para 28 de abril de 2026 às 10:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço [www.novaoлиндama.gov.br](http://www.novaoлиндama.gov.br), ou ainda pelo endereço Portal Licit Nova Olinda, [www.licitanovaoлиндama.com.br](http://www.licitanovaoлиндama.com.br) e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Nova Olinda do Maranhão - MA, 17 de março de 2026. Elvy Silva Linhares - Secretária Municipal de Administração e Planejamento 2/2025.

## LITERATURA MARANHENSE

# Josué Montello, 20 anos de memória

Casa de Cultura Josué Montello marca duas décadas de morte do escritor maranhense com exposição "Confissões de um romancista: Josué Montello e o ofício da escrita"

Em celebração aos 20 anos de falecimento de um dos maiores nomes da literatura maranhense e brasileira, a Casa de Cultura que Josué Montello abre, no dia 30 de março, às 17h, a exposição "Confissões de um romancista: Josué Montello e o ofício da escrita".

A mostra apresenta ao público o pensamento literário e a trajetória intelectual desse importante escritor maranhense do século XX.

Inspirada na obra "Confissões de um romancista", a exposição propõe uma reflexão sobre o ofício da escrita e a potência da literatura na vida de Josué Montello, reunindo memórias, inquietações e aprendizados construídos ao longo de sua trajetória.

O percurso expositivo reúne documentos, imagens, livros e trechos selecionados da obra, conduzindo o visitante por uma experiência sensível e reflexiva. Revisitar "Confissões de um romancista" é também reencontrar a voz de um autor que dedicou sua vida à palavra escrita e que permanece co-

mo referência na literatura brasileira.

## O escritor

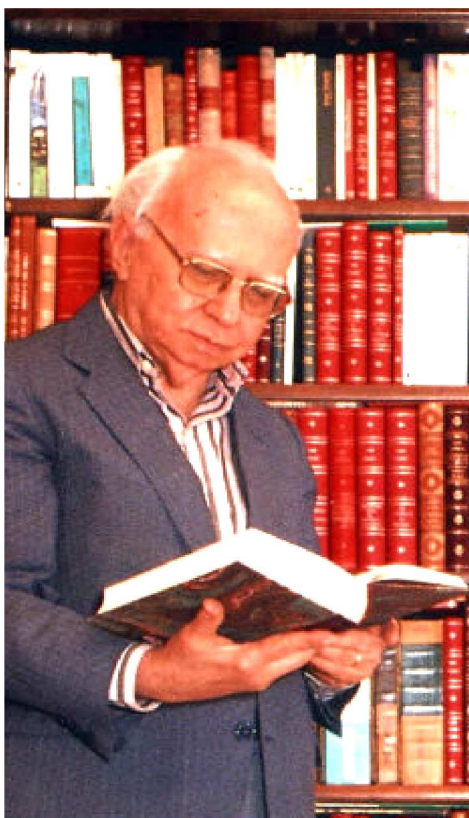
Josué Montello sempre soube que sua missão era escrever e assim o fez, deixando um legado imortal na literatura.

Um desses legados é a Casa de Cultura Josué Montello, que funciona na Rua das Hortas, fundada pelo próprio escritor, em 1983.

O acervo bibliográfico da CCJM está constituído da Biblioteca particular do escritor Josué Montello que foi doada através de escritura de doação ao governo do Estado do Maranhão em 1981, quando da criação da CCJM.

São aproximadamente 50.000 exemplares nas diversas áreas do conhecimento, que estão organizados nas seções Maranhense, Montelliana, Acervo geral, Literatura Francesa, periódicos e obras raras.

Além de romancista, Montello também escreveu contos, novelas, roteiros de teatro, ensaios e obras infantis juvenis.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE  
E CONTROLE INTERNO

PROCESSO Nº 2025.560101.37241 (SEI)  
CONTRATO Nº 12/2021 – SEAP/MA  
Interessado: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.801.512/0001-57.

ASSUNTO: CONTRATO ADMINISTRATIVO. INEXEÇÃO PARCIAL DO OBJETO CONTRATUAL. RECURSO ADMITIDO, CONHECIDO E NÃO PROVIDO. APLICABILIDADE DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE 2º GRAU

11. PRELIMINAR  
1.1 DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO (...)

2 – RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade em desfavor da empresa AGILE CORP ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ: 00.801.512/0001-57, com o fito de averiguar a conduta da contratada, tendo em vista as falhas na execução do Contrato nº 12/2021 – SEAP/MA, cujo objeto trata da prestação de serviços voltados ao preparo, transporte e fornecimento de alimentação (desjejum, almoço, lanche e jantar), com disponibilização de todos os insumos, acompanhamento técnico e supervisão necessária, sendo os alimentos providos em self-service e/ou quentinas.

Após os trâmites processuais devidos, o Subsecretário de Estado de Administração Penitenciária, convencido do descumprimento contratual no que diz da qualidade da alimentação inferior ao exigido, decidiu:

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE 1º GRAU- SEAP/MA (ID.010791202):

a) A aplicação da pena de MULTA no valor de R\$ 6.678,72 (seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos), nos termos da Cláusula Vigésima do Contrato nº 12/2021, alínea "b" c/c Lei Federal 8.666/93, art. 87, II.

Após o referido ato decisório, a empresa AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, protocolou resposta a esta Secretaria indicando inconformidades retratadas na decisão de 1º grau, bem como ensejou a reforma da decisão.

3. DAS TESES DEFENSIVAS (...)

4. DO DIREITO (...)

4.1 DA PENALIDADE INJUSTIFICADA DAS OBRIGAÇÕES (...)

4.2 DO NÃO PONDERAMENTO DO UNIVERSO TOTAL DAS REFEIÇÕES (...)

4.3 DA DESPROPORCIONALIDADE DO VALOR DA MULTA (...)

5. CONCLUSÃO

Ante o exposto, CONHEÇO o presente Recurso, com base no art. 109, inc. III da Lei nº 8.666/93 c/c com os artigos 13 e 14 da Instrução Normativa nº 03/2018 e, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a Decisão Administrativa de 1º grau, nos seguintes termos: Aplicação da pena de multa contratual, no valor de R\$ 6.678,72 (seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos), tal como estabelecido na Cláusula Vigésima do Contrato nº 12/2021-SEAP e Art. 87, II da Lei Federal n. 8.666/93, pelos fundamentos aqui apresentados.

Publique-se, registre-se e intem-se. Após, cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos.

São Luís/MA data da assinatura eletrônica - (20/03/2026).

MURIO ANDRADE OLIVEIRA  
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

ESTADO DO MARANHÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO  
Concorrência Eletrônica nº 90001/2026  
Processo SEI nº 19.13.0048.0007695/2026-58

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Pinheiro/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Adiado para: 24/04/2026, às 9h (nove horas) - horário de Brasília - DF; Local: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br); Informações: Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820; e-mail: [esclarecimentos@mpma.mp.br](mailto:esclarecimentos@mpma.mp.br); Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766.

São Luís - MA, 08 de abril de 2026.

JOSÉ LINDSTRON PACHECO  
Agente de Contratação - CPL  
PGJ-MA

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROBERTO  
CNPJ Nº 01.612.348/0001-00

AVISO DE LICITAÇÃO  
(REPUBLICAÇÃO)  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2025

O Município de São Roberto - MA, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 32/2025, Processo Administrativo nº159/2025, do tipo menor preço global, que tem como objeto a contratação de empresa para aquisição de AMBULANCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de São Roberto/MA, com data de abertura dia 23/04/2026, às 09h00minh. A Licitação será regida pela Lei nº. 14.133/21 e suas alterações. O Edital poderá ser consultado na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Dois Poderes, s/n, Centro, São Roberto, Maranhão, CEP - 65.758-000; ou pelo Tel. (99) 98488-0862; ou pelo e-mail: [cpl@saoroberto.ma.gov.br](mailto:cpl@saoroberto.ma.gov.br), de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CPL, das 8h às 12h; ou pelo sítio da Prefeitura de São Roberto/MA/Portal da Licitação: <https://www.saoroberto.ma.gov.br> ou pelo SINC-Contrata/TCCEMA ou <https://www.licitasaoroberto.com.br>, ou pelo Portal Nacional de Compras Públicas. Camila Holanda Carneiro - Pregoeira. São Roberto/MA, 07 de abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA  
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba - MA  
CNPJ: 06.002.372/0001-33

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, Anajatuba/MA, por meio da Secretaria Municipal de Administração torna público que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objetivo a Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a execução de serviços de Limpeza Pública, coleta e transporte de resíduos sólidos (coleta e transporte de lixo domiciliares e comerciais, varrição, capina, roçagem, poda, remoção de entulhos e lavagem de vias) no Município de Anajatuba/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº 14.133/21. Data de abertura: 07/04/2026 às 9h (Horário de Brasília). O Edital poderá ser examinado ou retirado no site [www.licitaanajatuba.com.br](http://www.licitaanajatuba.com.br), assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: [www.anajatuba.ma.gov.br](http://www.anajatuba.ma.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas de 2ª a 6ª feira-feira, no horário das 08h00min às 12h00min na Prefeitura Municipal e através do e-mail: [cpl@anajatuba.ma.gov.br](mailto:cpl@anajatuba.ma.gov.br). Anajatuba/MA, 07 de abril de 2026. ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA. Secretária Municipal de Administração. Decreto nº 474/2025.

JENIPAPO  
DE VIEIRAS

AVISO DE CREDENCIAMENTO N.º 002/2026

O Município de Jenipapo dos Vieiras - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde de Jenipapo dos Vieiras torna público o credenciamento de pessoas jurídicas na área da saúde para a prestação de serviços complementares, e realizará CREDENCIAMENTO de empresas especializadas na prestação de serviços de saúde da mulher, incluindo consultas em ginecologia, inserção de DIU, implantação de Implanon e realização de exame citopatológico (Papanicolaou), subsidiado pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e pelas demais condições fixadas neste instrumento convocatório, para atender a demanda de Jenipapo dos Vieiras/MA. Em regime de prestação de serviços, objeto deste credenciamento, na forma e condições estabelecidas neste edital e seus anexos e em conformidade com o art.6º, incisos XLIII e art.79º da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie. O Edital estará à disposição para consulta gratuita no setor de licitação, das 08h às 12h e no site do Município <https://jenipapodosvieiras.ma.gov.br>, no portal do SINC CONTRARA: <https://app.tce-ma.br/sinccontratamuralprocedimento>, na sede da Secretaria de Saúde e no portal do <https://www.licitnet.com.br/>, onde ocorrerá toda a sessão, podendo os interessados requerer seu credenciamento a qualquer momento dentro do período de vigência por meio do seguinte link: - <https://www.licitnet.com.br/>, a Administração, a seu critério, poderá prorrogar o presente prazo caso necessário, com a devida publicação, conforme Art.79, Parágrafo único, inciso I, da Lei nº14.133/21, DATA (PERÍODO): 09/04/2026 à 27/04/2026, DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/04/2026 09h00min, LOCAL: Portal Licitanet - <https://www.licitnet.com.br/> - Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço das 08:00 às 12:00h e no e-mail: [cpljenipapo@gmail.com](mailto:cpljenipapo@gmail.com) e pelo telefone 99 98511-8958 Jenipapo dos Vieiras/MA, CEP: 65962-000. Jenipapo dos Vieiras -MA. Kessia de Lima Sousa Albuquerque. Secretária municipal de Saúde.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO  
CNPJ Nº 01.580.359/0001-06  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA  
Home Page: <http://portal.amapa.ma.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.002/2026. A Prefeitura Municipal de Amapá do Maranhão, Estado do Maranhão, através do Secretário Municipal de Obras, Transporte e Infraestrutura, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará abertura da licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, tendo por objetivo a Seleção da proposta apta a gerar o melhor resultado de Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços de ampliação, modernização e manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município de Amapá do Maranhão - MA, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à realização completa dos serviços. Conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº 14.133/21. Data da Sessão Pública: 24/04/2026 às 09:00 h (Horário de Brasília). O Edital poderá ser examinado ou retirado no site <https://licitaamapama.com.br>, assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: [www.amapadomaranhao.ma.gov.br](http://www.amapadomaranhao.ma.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas de 2ª a 6ª sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min na Prefeitura Municipal e/ou através do e-mail: [cplamapa@hotmail.com](mailto:cplamapa@hotmail.com). Edelson dos Santos Ferreira - Secretário Municipal de Obras, Transporte e Infraestrutura. Amapá do Maranhão/MA 07 de abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026. A Prefeitura Municipal de Bom Lugar, por meio da Secretaria Municipal de administração, torna público aos interessados que, REGIDO PELA LEI Nº. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 008/2024 e Decreto Municipal nº 011/2024, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES., realizará às 10:00h (dez horas) do dia 29 de abril de 2026, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026, do tipo menor preço, por item, tendo por objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos hospitalares e equipamentos odontológicos, com o fornecimento de peças de reposição necessárias para execução dos serviços para atender a demanda da secretaria de saúde deste município de Bom Lugar - MA. Data e horário do recebimento das propostas: até às 09:59 (nove horas e cinquenta e nove minutos) do dia 29/04/2026. Data e horário do início da disputa: 10:00 (dez horas) do dia 29/03/2026. Disponibilização do edital e informações no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [bomlugar.ma.gov.br](http://bomlugar.ma.gov.br). Esclarecimentos adicionais no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) pelo telefone (99) 98545-1546 e no endereço de e-mail: [pmblicitacao@gmail.com](mailto:pmblicitacao@gmail.com). Bom Lugar-MA, 06 de abril de 2026. VAIQUE MACHADO SANTOS. Secretária Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRA CRUZ - MA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026. A Prefeitura Municipal de Primeira Cruz, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Registro De Preços De Serviços De Gerenciamento De Frota, Que Utilize Tecnologia De Cartão Magnético, Com Operação De Sistema Informatizado Via Internet, Por Meio De Rede De Estabelecimentos Credenciados Para O Abastecimento De Combustíveis, no dia 27 de abril de 2026 às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site [www.licitaprimeiracruzma.com.br](http://www.licitaprimeiracruzma.com.br), sendo presidida pela Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua da Matriz, S/N, Centro, Primeira Cruz/MA, nesta Cidade. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras de Primeira Cruz - endereço [www.licitaprimeiracruzma.com.br](http://www.licitaprimeiracruzma.com.br). Esclarecimentos adicionais no endereço eletrônico [comprasprimeiracruz@gmail.com](mailto:comprasprimeiracruz@gmail.com) ou Primeira Cruz - MA, 08 de abril de 2026. Maria do Amparo dos Santos - Agente de Contratação Portaria Nº 15/2025.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPI-MA

Arari

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Registro de Preços para eventual contratação para fornecimento de peixe fresco para o município de Arari - MA. CONTRATO Nº 050/2026; PROCESSO Nº 20/2026; PREGÃO ELETRÔNICO EM SRP Nº 05/2026; PARTES: Secretaria Municipal de Assistência social, CNPJ nº 06.242.846/0001-14 e a empresa NIREUS PESCADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº07.114.798/0001-41. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 10/2024 e Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de Abril de 2027. VALOR DO CONTRATO: R\$ 131.731,60 (cento e trinta e um mil setecentos e trinta e um reais e sessenta centavos). FORO: Comarca de Arari/MA. DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2026. ASSINATURAS: Katia Regina Muniz Silva, (CONTRATANTE) e ELINALDO ANTÔNIO SARMENTO MOURA (DETENTOR DO CONTRATO), Arari/MA, 08 de Abril de 2026 - Katia Regina Muniz Silva, / Secretária Municipal de Assistência Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ - MA

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO.PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2026.O MUNICÍPIO DE CAJAPIÓ, através da Prefeitura Municipal de Cajapió-MA, por meio da sua Comissão de Contratação-CC/PMSC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00hs (oito horas) do dia 23 de abril de 2026, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo por objeto a aquisição de material de consumo(expediente, limpeza, pedagogico e higiene pessoal), de interesse da Secretaria Municipal de Educação de Cajapió-MA, o qual obedecerá integralmente a legislação que se aplica à Modalidade Pregão, sob a égide do artigo 176 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, observadas neste Ato Convocatório e seus Anexos. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço da CC, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 13:00 horas, ou através do e-mail: [cpl.cajapioma2017@gmail.com](mailto:cpl.cajapioma2017@gmail.com), onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente, bem como consultados através do SINC - CONTRATA e portal da transparência deste órgão([www.cajapioma.gov.br](http://www.cajapioma.gov.br)). Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço e pelo telefone (98) 98840 1138. Cajapió-MA, 06 de abril de 2026. Stephany Brenda Soares Furtado. Pregoeira.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

SANTA LUZIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026. PROCESSO ADM. Nº 12/2026. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA, CNPJ: 06.191.001/0001-47, através do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 27 de Abril de 2026, às 09:00hs (Nove horas). Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 06/2026, objetivando o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Gráficos para Atender as Necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Luzia - MA, conforme detalhes constantes no Anexo I - Termo de Referência, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site <https://www.licitasantaluzia.com.br>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://www.licitasantaluzia.com.br/>; ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail [licitasantaluzia@gmail.com](mailto:licitasantaluzia@gmail.com) ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Santa Luzia/MA, 07 de Abril de 2026. Leandro Dutra de Andrade. Secretário de Gestão e Governo.

COMUNICADO SEMMAM

MARIA LEIDIMAR MENDES LIMA, CPF: 801.411.373-04, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM a Autorização para Corte/Poda de Árvore, situada na Rua Martinus Hoyer, Quadra R, no 16, Sítio Leal, CEP 65042-710, São Luís/MA, conforme processo no 26101.000309/2026. Para fins de remoção de galhos de grande extensão que avançam sobre a residência, causando danos e apresentando risco à integridade física dos moradores, bem como à segurança dos imóveis vizinhos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ-MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026-SRP. A Prefeitura Municipal de Codó, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preço, do tipo menor preço, para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes e roupa em geral, destinado a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 30 de abril de 2026 às 09:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site [www.portaldecomprascodoma.com.br](http://www.portaldecomprascodoma.com.br), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site [www.portaldecomprascodoma.com.br](http://www.portaldecomprascodoma.com.br), sendo presidida pela Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Praça Ferreira Bayma, n.º 538, Centro, CEP: 65400.000, nesta Cidade. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras de Codó endereço [www.portaldecomprascodoma.com.br](http://www.portaldecomprascodoma.com.br). Esclarecimentos adicionais no endereço eletrônico [comprascodoma@gmail.com](mailto:comprascodoma@gmail.com). Codó - MA, 08 de abril de 2026. Fernanda Raquel Alves de Sousa - Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTÓIA-MA

ATO REAVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026-SRP

A Prefeitura Municipal de Tutóia/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, por força do Decreto 031/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar sob a égide da Lei Nº 14.133/2021, da Lei Complementar Nº 123/2006 e Decreto Municipal Nº 011/2025, Licitação na modalidade Pregão na sua forma Eletrônica, no Sistema de Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CONSULTAS E EXAMES NAS ÁREAS DE OFTALMOLOGIA, CONCLUIDA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE AVALIAÇÃO DA ACUIDADE VISUAL COM E SEM CORREÇÃO (OU SEJA, COM E SEM ÓCULOS), COM FORNECIMENTO DE ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TUTÓIA - MA. A realização da sessão será no dia 29 de abril de 2026 - às 09h01 no endereço eletrônico: <https://bnc.org.br/>. O Edital completo está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: <https://bnc.org.br/> e <https://tutoia.ma.gov.br/transparencia/licitacoes>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail [ccutoia@gmail.com](mailto:ccutoia@gmail.com).

Tutóia/MA, 10 de abril de 2026.

VALDINAR RODRIGUES ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal Adjunto de Saúde

São Luís, quinta-feira, 9 de abril de 2026

## ESCOLAS DO MARANHÃO

# 75% da rede pública está conectada

Maranhão amplia conectividade e já tem mais de 75% das escolas públicas com internet. Avanço acompanha meta nacional de universalização do acesso até 2026

Mais de 75% das escolas públicas do Maranhão já possuem acesso à internet de qualidade para fins pedagógicos, segundo dados do programa Escolas Conectadas, desenvolvido pelos Ministérios das Comunicações e da Educação. Das 10.080 unidades de ensino no estado, 7.621 contam com conexão adequada, consolidando um avanço significativo na infraestrutura educacional.

O crescimento segue a tendência nacional. Em 2026, o Brasil ultrapassou a marca de 99 mil escolas públicas conectadas, alcançando cerca de 24 milhões de estudantes em todo o país.

De acordo com o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, a universalização do acesso à internet nas escolas é uma prioridade estratégica. Ele destacou que a meta do governo é garantir conectividade a todas as unidades de ensino, com foco na inclusão digital e na redução de desigualdades.

Além da ampliação da rede, a inici-

ativa busca integrar o uso da tecnologia ao cotidiano escolar, incentivando práticas pedagógicas inovadoras e preparando os alunos para os desafios do ambiente digital.

Desde o início do programa, mais de 31 mil escolas passaram a ter acesso à internet em todo o Brasil, resultado da atuação conjunta entre União, estados e municípios.

Com investimento previsto de R\$ 8,8 bilhões — sendo R\$ 6,5 bilhões oriundos do Novo PAC —, o projeto também inclui a melhoria de equipamentos e a aquisição de dispositivos, garantindo que a conectividade seja efetivamente utilizada nas atividades educacionais.

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas é considerada uma das principais ações do governo federal na área da educação, ao promover não apenas o acesso à internet, mas também a inserção da educação digital e midiática nos currículos, além da capacitação de professores e gestores escolares.



## ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

## Vagão da Conciliação promove pacificação social

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com a empresa Vale, promoveu mais uma edição do projeto Vagão da Conciliação, levando serviços judiciais gratuitos voltados à resolução de conflitos e à pacificação social por meio da política de conciliação, alcançando 100% de acordos nas audiências e R\$ 45.583,20 em valores negociados.

Nos dois dias, o serviço efetivou 123 atendimentos, com 20 audiências relacionadas a demandas dos/as passageiros/as dos trechos São Luís-Açailândia e Açailândia-São Luís, principalmente de casos da área de família.

O mutirão de audiências, realizadas por conciliadores e conciliadoras do TJMA, capacitados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), objetiva aproximar a população do Poder Judiciário e facilitar a resolução de demandas com ou sem processo em tramitação, de forma rápida e consensual, com o mesmo valor de uma sentença obtida por meio de processo.

A frentista Maria Edna Carneiro (foto em destaque), moradora de Marabá, que viajava de férias a São Luís, conseguiu realizar o desejo de formalizar o divórcio com seu ex-marido, por meio de videoconferência, de quem já estava separada há seis anos. “Eu já tinha tentado três vezes, não tinha conseguido. Para mim foi satisfatório, porque eu não esperava. Foi uma coisa mesmo de oportunidade única. E a gente não pode deixar passar as oportunidades. Tudo depende do tempo, chegou a hora, você tem que aproveitar”, declarou.

Enquanto viajava de Açailândia para São Luís para participar de um trei-

namento, o fiscal de campo Bruno César (foto abaixo) ouviu a informação sobre o serviço do TJMA a bordo do trem. “Tive a grata surpresa de conseguir fazer a dissolução da minha união estável, que era um entrave que eu tinha com relação à documentação. Foi assim uma mão na roda, eu estou indo resolver situações de trabalho e aí aproveitei para resolver situações civis, então foi 10 de 10”, avaliou o passageiro que já estava separado há dois anos e não havia realizado a dissolução por falta de tempo e recursos.

O motorista Josival Rodrigues também buscava seu divórcio há quase um ano, mas esbarrou em valores de honorários e demora do processo. “Graças a Deus, meu sonho era isso! Já tinha pelejado todo jeito e não estava conseguindo. Foi meu sonho, já ganhei minha bênção! Parece que foi Deus que mandou eu nessa viagem aqui”, avaliou.

### Acesso à Justiça

Durante o trajeto, o presidente e o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), desembargador José Nilo Ribeiro e o juiz Rodrigo Nina, explicaram aos passageiros os serviços e objetivos da Política de Conciliação do Poder Judiciário, no objetivo de pacificar a sociedade por meio do diálogo entre as partes envolvidas.

O desembargador destacou o objetivo de disseminar a política de conciliação na sociedade, estabelecida pelo CNJ, buscando que as ações mais simples possam ser resolvidas pelo diálogo.

go.

“O melhor mesmo é o caminho do entendimento. Então o ideal é que a gente se conscientize disso, para deixar para o Judiciário as questões mais complexas e tentar ser agentes de pacificação social. A gente precisa ser corresponsável pela pacificação da sociedade”, pontuou. “Aqui tratamos de tudo o que é permitido o acordo, estamos aqui para ajudar a tornar a sentença mais rápida, é uma oportunidade gratuita, durante o projeto Vagão da Conciliação é concedida a gratuidade de justiça para todos os processos”, explicou o juiz Rodrigo Nina.

Desde seu lançamento em 2025, o projeto Vagão da Conciliação disponibiliza atendimentos para demandas que já tramitam como processo judicial, além das demandas que ainda não foram protocoladas na Justiça, realizando acordos entre as partes para resolver as situações rapidamente e evitar que cheguem ao Judiciário.

Os serviços abrangem questões como reconhecimento ou dissolução de união estável, reconhecimento espontâneo de paternidade, pensão alimentícia, divórcio, regulamentação de guarda, renegociação de dívidas e cobranças, entre outros assuntos cíveis e de família.

O agendamento prévio de audiências para o Vagão da conciliação pode ser feito pelo WhatsApp do Nupemec (98) 2055-2283 ou por meio de um formulário eletrônico disponível no Portal do TJMA.

Pessoas que comparecerem aos locais sem prévio agendamento também receberão orientação e atendimento.

## CALENDÁRIO DE CELEBRAÇÕES

## Corrida abrirá as celebrações católicas de Corpus Christi

Em sintonia com o crescimento da prática das corridas de rua e a busca por mais qualidade de vida, a Arquidiocese de São Luís — de forma inédita — decidiu integrar ao calendário de celebrações de Corpus Christi desse ano, um momento de espiritualidade aliado à prática esportiva.



No próximo dia 3 de maio, domingo, a cidade recebe a primeira edição da Corrida Corpus Christi, evento que abre oficialmente o calendário das celebrações religiosas, com largada marcada para as 6h, na Avenida Litorânea, um dos principais cartões-postais da cidade.

A expectativa é reunir cerca de 2 mil participantes, entre atletas experientes, corredores amadores, famílias e católicos ligados à Igreja. Todos são bem vindos e convidados a participarem dessa ação com cunho benéfico.

Essa iniciativa surge em um momento em que São Luís consolida seu protagonismo no circuito de corridas de rua no Nordeste. Nos últimos anos, a capital viu multiplicar o número de provas, assim como das assessorias esportivas e dos praticantes — um movimento que agora passa a dialogar também com a dimensão espiritual.

“A I Corrida Corpus Christi é uma oportunidade para celebrarmos juntos a vida, a saúde e a Igreja, reunindo as pessoas e colorindo a Litorânea de fé num movimento que é também em prol da qualidade de vida”, afirma o arcebispo de São Luís, dom Gilberto Pastana.

Com percursos de 5 km, 10 km e caminhada livre, a prova foi pensada para ser inclusiva, atendendo desde iniciantes até corredores mais competitivos. A proposta, no entanto, vai além do desempenho esportivo. Mais do que uma disputa por tempo, a Corrida Corpus Christi se apresenta como um gesto coletivo de integração comunitária — um encontro entre corpo, fé e bem-estar.

A simbologia não é casual. Em uma tradição religiosa que valoriza o corpo como “templo do Espírito Santo”, a prática esportiva surge como extensão da espiritualidade. A preparação para a solenidade de Corpus Christi ganha, assim, um novo significado: movimento, saúde e convivência.

### Como se inscrever e garantir o preço do primeiro lote

As inscrições já estão abertas e podem ser feitas pela internet, através da plataforma: [www.centraldacorrida.com.br](http://www.centraldacorrida.com.br).

O primeiro lote, com vagas limitadas, custa R\$ 120 e inclui kit completo (com camiseta oficial, sacola, medalha e chip de cronometragem). Em breve será divulgado o local para a entrega dos kits aos corredores inscritos.

A expectativa da organização é que a corrida passe a integrar, de forma permanente, o calendário esportivo e religioso da cidade. Se depender da adesão crescente dos ludovicenses às corridas de rua — e da forçada fé católica —, a tendência é que a Litorânea, acostumada ao vai e vem de corredores ao amanhecer, ganhe no próximo dia 3 de maio um novo cenário: o de uma multidão que corre, caminha, ora e celebra, unida por um mesmo propósito de mais bem estar coletivo e qualidade de vida.

A Corrida Corpus Christi nasce com a proposta de se consolidar como um dos principais eventos do calendário religioso e esportivo de São Luís, promovendo uma experiência única que une corpo, mente e fé, e visa incentivar hábitos saudáveis ao mesmo tempo em que ajuda a fortalecer o vínculo entre esporte e espiritualidade.

## CONFLITO INTERNACIONAL

# Trégua foi rompida após bombardeios

presidente declarou que o cessar-fogo havia sido alcançado com base em princípios defendidos pelo Irã e destacou mobilização interna do país.

AMANDA S. FEITOZA  
CORREIO BRAZILIENSE

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, afirmou nesta quarta-feira (8/4) que o cessar-fogo firmado com os Estados Unidos foi rompido após bombardeios atingirem território iraniano. Segundo ele, duas ilhas do país, Lavan e Siri, foram alvo de ataques no mesmo dia.

Mais cedo, veículos da imprensa iraniana já haviam noticiado explosões nas duas ilhas. Pezeshkian, no entanto, não indicou quem teria sido responsável pelos bombardeios.

Em publicação nas redes sociais, antes dos ataques, o presidente declarou que o cessar-fogo havia sido alcançado com base em princípios defendidos pelo Irã e destacou mobilização interna do país. Ele também afirmou que o governo seguirá atuando em diferentes frentes, incluindo diplomacia e defesa.

A escalada de tensão ocorre no

mesmo dia em que o Irã anunciou um novo fechamento do Estreito de Ormuz, rota estratégica para o transporte de petróleo. A medida foi adotada em meio a acusações de que Israel mantém ataques no Líbano, mesmo após a trégua.

De acordo com agências estatais iranianas, Teerã considera que as ações militares israelenses contra posições do Hezbollah violam diretamente os termos do acordo. Autoridades do país afirmaram que o Irã “vai punir” Israel e que possíveis alvos já estariam sendo identificados.

A Guarda Revolucionária iraniana também fez um alerta público. Em comunicado exibido pela televisão estatal, o grupo afirmou que poderá responder caso os ataques ao Líbano não sejam interrompidos imediatamente.

Do outro lado, Israel e Estados Unidos têm uma interpretação diferente do acordo. O presidente norte-americano, Donald Trump, declarou que o cessar-fogo não inclui o território libanês, o que permitiria a continui-

de das operações militares no país.

O Líbano entrou no conflito após ações do Hezbollah contra Israel, grupo que tem apoio do Irã. Desde então, o cenário tem sido marcado por trocas de ataques e divergências sobre os limites da trégua.



## CRISE NO TRANSPORTE PÚBLICO

## Bloqueio de até R\$ 50 milhões atinge consórcio de empresas de ônibus em São Luís

Uma decisão da Justiça do Maranhão atingiu em cheio empresários e empresas que atuam no transporte coletivo de São Luís. Em audiência realizada na terça-feira (7), na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, foi determinado o bloqueio de até R\$ 50 milhões em bens após indícios de irregularidades envolvendo o Consórcio Via SL.



O entendimento do juiz Douglas de Melo Martins aponta para possível fraude na estrutura societária do grupo. Um dos principais pontos levantados é a existência de um “sócio oculto” na empresa Expresso Rei de França, que lidera o consórcio. A suspeita reforça a possibilidade de ocultação de patrimônio, o que poderia dificultar eventual ressarcimento à população por falhas no serviço.

Com a decisão, a Justiça autorizou a desconsideração da personalidade jurídica da empresa. Na prática, isso permite que bens pessoais dos envolvidos também sejam alcançados. O bloqueio inclui ativos financeiros, imóveis e veículos de pessoas físicas e jurídicas ligadas ao grupo, dentro e fora do estado. Entre os citados está o empresário Pedro Paulo Pinheiro Ferreira (PP), apontado como sócio de fato.

A medida ocorre dentro de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Maranhão, que responsabiliza o consórcio por problemas recorrentes no transporte público e prejuízos aos usuários.

Durante a audiência, um representante do próprio consórcio confirmou a atuação de um gestor sem vínculo formal, o que pesou na avaliação do magistrado. Para a Justiça, há risco de esvaziamento patrimonial, cenário que poderia comprometer o pagamento de indenizações por danos coletivos.

A decisão também interfere diretamente na operação do sistema. Os valores que seriam repassados às empresas passam a ter destino controlado: primeiro, o pagamento de trabalhadores com salários atrasados, como motoristas e mecânicos. O consórcio tem prazo de 24 horas para apresentar a lista de funcionários, valores devidos e dados bancários.

Outro ponto estabelece que os subsídios públicos sejam depositados em juízo, ampliando o controle sobre o uso dos recursos. Já despesas consideradas essenciais, como combustível e manutenção, seguem com prioridade para evitar paralisação do serviço.

O caso ainda deve avançar na esfera criminal. A Justiça determinou o envio das informações para investigação por parte da Polícia e do Ministério Público. Ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) intensifica a fiscalização nas garagens das empresas.

Os investigados têm 15 dias para apresentar defesa.

## ELEIÇÕES 2026

## Maranhenses assumem comando de partidos

SAMARTONY MARTINS

Parlamentares maranhenses vêm assumindo papel de destaque dentro de suas respectivas legendas, ampliando influência política e protagonismo estratégico com vistas às eleições de 2026. Nesse cenário, movimentos recentes envolvendo os deputados federais Ribeiro Neto e Duarte Júnior evidenciam uma reconfiguração partidária no estado, marcada pela busca por autonomia, fortalecimento de bases e maior inserção nas estruturas nacionais de decisão.

O deputado federal Ribeiro Neto assumiu a presidência estadual do Solidiidade no Maranhão, consolidando uma trajetória de ascensão acelerada em Brasília e reposicionando o partido dentro da Federação Renovação Solidária, formada também pelo PRD. A legenda federada conta, no estado, com a liderança do deputado Marreca Filho, atual titular da vaga ocupada por Ribeiro Neto na Câmara dos Deputados.

### Presença institucional na Câmara Federal

Mesmo atuando como suplente em exercício, Ribeiro Neto tem ampliado sua presença institucional em ritmo considerado incomum. Em menos de três meses de mandato, passou a integrar a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), principal colegiado da Câmara, além de participar de debates relevantes no cenário nacional, sinalizando capacidade de articulação e leitura estratégica do ambiente político federal.

A chegada ao comando do Solidiidade ocorre nesse contexto de expansão política. A movimentação fortalece a sigla no Maranhão e projeta o parlamentar como um nome em consolidação dentro da federação partidária, especialmente pela habilidade de articulação demonstrada até o momento.

Ao anunciar sua filiação e a nova função partidária, Ribeiro Neto adotou um discurso voltado a pautas sociais e de representatividade, destacando a intenção de aproximar o mandato das demandas populares. “Eu venho com a missão de fazer um trabalho sensível, de ouvir o anseio popular e transformar isso em políticas públicas”, afirmou, ressaltando que sua atuação deverá priorizar juventude, inclusão e participação social.

A declaração reforça uma estratégia que combina presença institucional com discurso de proximidade — prática recorrente entre parlamentares em processo de consolidação política. Nos bastidores, a movimentação é interpretada como parte de um esforço mais amplo de fortalecimento de base e estrutura partidária, com foco nos próximos ciclos eleitorais. Nesse contexto, Ribeiro Neto já se posiciona como pré-candidato à reeleição, apostando na convergência entre atuação em Brasília e expansão política no Maranhão.

### Duarte quer fortalecer representatividade do Avante

Em paralelo, o deputado federal Duarte Júnior oficializou sua filiação

ao Avante e assumiu a presidência do diretório estadual da legenda no Maranhão em 3 de abril de 2026. A mudança encerra um período de indefinição partidária e assegura ao parlamentar uma estrutura própria para disputar a reeleição.

À frente do Avante no estado, Duarte Júnior passa a ser responsável pela organização da chapa de candidatos para o pleito de 2026, em um movimento que busca ampliar a presença do partido tanto na Câmara dos Deputados quanto na Assembleia Legislativa. A filiação ocorreu após dificuldades enfrentadas pelo deputado para ingressar em outras siglas e após sua desfiliação da federação anterior, o que reforçou a necessidade de maior autonomia política.

O reposicionamento também marca uma estratégia de fortalecimento do Avante no Maranhão, com foco na ampliação de sua representatividade institucional. Duarte destacou que sua atuação continuará pautada por convicções próprias, sem alinhamento automático a diretrizes partidárias rígidas.

A chegada do parlamentar foi celebrada pela direção nacional do Avante, que vê na liderança de Duarte Júnior uma oportunidade de expansão e consolidação da legenda no cenário político maranhense. Assim como no caso de Ribeiro Neto, o movimento evidencia o protagonismo crescente de parlamentares locais na condução de seus partidos, em um contexto de preparação estratégica para as eleições de 2026.

REGIÃO METROPOLITANA

# Ação contra venda de canetas emagrecedoras

s mandados de busca e apreensão foram cumpridos em imóveis localizados nos bairros Cohajap, em São Luís, e Araçagi, em São José de Ribamar

A Polícia Civil do Maranhão deflagrou, na manhã desta quarta-feira (8), a “Operação Agonista”, com o objetivo de combater a comercialização ilegal de medicamentos emagrecedores e crimes de lavagem de dinheiro na Grande Ilha. A ação resultou na prisão em flagrante de um homem investigado por liderar o esquema.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em imóveis localizados nos bairros Cohajap, em São Luís, e Araçagi, em São José de Ribamar.

De acordo com as investigações conduzidas pelo Departamento de Combate ao Crime Organizado (DC-CO/SEIC), o suspeito realizava a venda irregular de medicamentos voltados ao controle de peso e emagrecimento, sem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Entre os produtos comercializados estavam substâncias como tirzepatida e retatrutida. No Brasil, apenas o medicamento Mounjaro, do laboratório Eli

Lilly, possui autorização para comercialização, e ainda assim com restrições ao ambiente farmacêutico. Já a retatrutida não possui aprovação da agência reguladora.



Durante o cumprimento dos mandados, os policiais apreenderam diversas ampolas e canetas contendo as substâncias proibidas, além de materiais utilizados na manipulação, armazenamento e fracionamento dos produtos, como seringas e recipientes térmicos.

As investigações também apontaram indícios de lavagem de dinheiro. O suspeito mantinha uma empresa de comercialização de vinhos registrada

em 2024, mas sem qualquer movimentação fiscal ou comprovação de atividade real. Em um dos endereços, foi encontrado um depósito com centenas de garrafas de vinhos de origem argentina, sem documentação que comprovasse a procedência.

Além disso, foram apreendidos três veículos, uma motoaquática e cerca de R\$ 69 mil em dinheiro em espécie, valores que, segundo a polícia, podem ter origem nas atividades ilícitas.

Diante dos fatos, o investigado foi autuado em flagrante pelos crimes de comercialização ilegal de produto medicinal e lavagem de dinheiro, permanecendo à disposição da Justiça.

A operação contou com o apoio de equipes especializadas da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), incluindo o Departamento de Operações Táticas Especiais (DOTE/GRT), o Departamento de Combate ao Roubo de Carga (DCRC) e o Departamento de Combate a Roubo contra Instituições Financeiras (DCRIF).

OPERAÇÃO RECIDIVA

# Polícia Federal deflagra operação contra fraudes no INSS no Maranhão

A Força-Tarefa Previdenciária deflagrou, nessa quarta-feira (8), a operação Recidiva, com o objetivo de reprimir crimes contra o sistema previdenciário.

A ação foi conduzida pela Polícia Federal no Estado do Maranhão, com a participação da Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP), do Ministério da Previdência Social (MPS), e da Coordenação-Geral de Apuração e Cobrança Administrativa de Benefícios (CGACB/INSS). Foram cumpridos mandados judiciais de busca e apreensão e de prisão temporária nas cidades de São Luís, Barreirinhas, Tutóia e Parnaíba.



A investigação constitui desdobramento da Operação Transmissão Fraudulenta, deflagrada em 03/07/2025, que apurou a atuação de grupo criminoso composto por contadores, responsável pela inserção de vínculos empregatícios inexistentes no sistema “SEFIP/Conectividade Social” – utilizado para a transmissão da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) –, com o objetivo de viabilizar a concessão fraudulenta de benefícios previdenciários.

Nesta fase, foram investigados intermediários responsáveis por cooptar os “clientes”, bem como advogados que atuariam para viabilizar a concessão dos benefícios.

De acordo com estimativas da Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP), o prejuízo decorrente da concessão de 50 benefícios já identificados é de aproximadamente R\$ 4,6 milhões. A economia projetada com a futura suspensão desses benefícios, considerando a expectativa de sobrevida divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode atingir valor equivalente.

Ao todo, 32 policiais federais cumpriram 8 mandados de busca e apreensão e 6 mandados de prisão temporária, expedidos pela 2ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Maranhão, com base em representação da Polícia Federal. Também foram deferidas medidas cautelares de quebra dos sigilos bancário e fiscal, além do arresto de bens e do bloqueio de valores dos investigados.

Caso confirmadas as suspeitas, os investigados poderão responder pelos crimes de estelionato majorado contra o INSS, associação criminosa, falsificação de documento público, falsidade ideológica, falsa identidade, inserção de dados falsos em sistema de informações e lavagem de capitais.

ITINGA DO MARANHÃO

# Polícia fecha ponto clandestino de venda de combustível



A Polícia Civil do Maranhão desativou, no último domingo (5), um ponto clandestino de venda de combustível no município de Itinga do Maranhão, durante ação conjunta com a Polícia Civil do Pará.

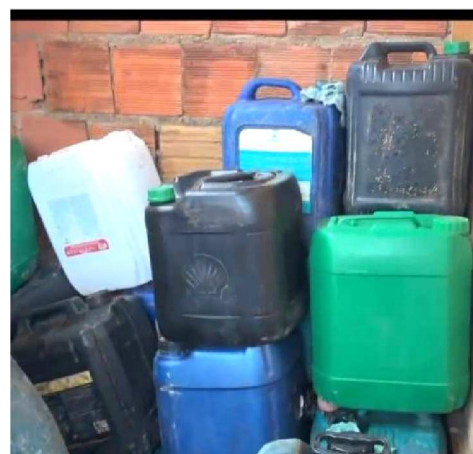
Segundo a Delegacia de Polícia de Itinga, a operação teve início após a prisão em flagrante de um homem, no sábado (4), realizada pela Polícia Militar em Dom Eliseu, no Pará, enquanto ele furtava cerca de 40 litros de combustível em uma área rural. A partir da troca de informações entre as forças de segurança, foi identificado que o suspeito já era investigado por comer-

cializar combustível de forma ilegal em sua residência, no bairro Paraíso.

No local, que também funcionava como borracharia, os policiais encontraram 385 litros de diesel armazenados irregularmente, além de diversos recipientes vazios sem comprovação de origem. Todo o material foi apreendido.

Além do furto, o homem poderá responder por crimes contra a ordem econômica e ambiental, devido à revenda ilegal e ao armazenamento inadequado de combustível. As investigações continuam para identificar a origem do produto e possíveis envol-

vidos no esquema criminoso.





O casal José Gonçalves Jr. e Lorena com José Gonçalves e Maria Angélica/ O empresário José Gonçalves e a esposa Angélica/ A senhora Zazá Gonçalves celebrando à Páscoa com o neto Lucas/ Os anfitriões da Villa do Vinho Bistrô Beto Soares e Werter Bandeira com José Domingues Neto e Danielle Vieira, Adriana Vieira e Maria Carmen Vieira

## Villa do Vinho Bistrô une tradição familiar, amigos e sofisticação em Domingo de Páscoa

Sob o comando atencioso de Werter Bandeira e Beto Soares, o Villa do Vinho Bistrô transformou-se no refúgio perfeito para as famílias que buscaram um Almoço de Páscoa repleto de significado. O clima era de puro aconchego: entre flores e uma decoração temática delicada, a casa abraçou seus convidados em uma atmosfera festiva e vibrante. Para tornar o encontro ainda mais especial, o bistrô aliou seu consagrado menu contemporâneo à consultoria personalizada de um sommelier residente. A presença do especialista garantiu que cada brinde harmonizasse perfeitamente com os pratos escolhidos, elevando o almoço a uma verdadeira celebração sensorial. Seja no salão acolhedor — que oferece a comodidade do estacionamento à porta — ou através do ágil serviço de delivery, a Villa do Vinho reafirmou sua vocação para criar memórias. Foi, sem dúvida, a escolha de quem não abriu mão de transformar o feriado em um momento de afeto, conforto e excelência enogastrônômica.”



O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFECTARIA de São Luís (SINDIPAN) realizou, nesta terça-feira (07), a eleição para a nova diretoria da entidade, em reunião na sede da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA). Com chapa única, foram eleitos Antônio Rodrigues Carvalho, como presidente, e Cristiano Prates Godinho, como vice-presidente. A diretoria conduzirá os trabalhos da entidade no período de 04 de maio de 2026 a 04 de maio de 2030. Piauiense de origem, Antônio Rodrigues Carvalho mora em São Luís desde os 16 anos, quando iniciou sua trajetória no setor de panificação. Atualmente, é empresário e possui três unidades de panificação na capital maranhense.



Para Patrícia Oliveira, coordenadora de Assistência e Saúde do Sesc Maranhão, a entrega é a realização de um planejamento estratégico iniciado há anos. "Materializar o acesso ao tratamento no espaço das empresas e ir ao encontro do trabalhador do comércio é uma grande conquista. Estamos firmes na missão de semear sorrisos", destaca a coordenadora

## Sesc-MA apresenta a nova unidade móvel OdontoSesc

O Sesc Maranhão amplia sua rede de atendimento odontológico ao inaugurar mais uma Unidade Móvel do projeto OdontoSesc. O consultório de alta tecnologia, estruturado em uma van compacta, foi projetado para levar serviços de saúde bucal diretamente ao local de trabalho dos comerciários. O lançamento reforça o compromisso da instituição com a descentralização dos serviços e o investimento constante na qualidade de vida do trabalhador maranhense. Diferente das estruturas tradicionais, a nova unidade aposta na agilidade e capilaridade. Por ser compacta, ela permite o estacionamento em garagens e pátios de empresas de diferentes portes, eliminando as barreiras de deslocamento para o trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo. A unidade OdontoSesc II dispõe de um consultório completo para atender o trabalhador do comércio. O espaço é equipado com cadeira odontológica de última geração, aparelho de raio-X digital e ultrassom, tecnologia de laser e fotopolimerizador, sistema de biossegurança com barreira tipo filtro HEPA e autoclave.



Consagrando e reafirmando seu papel de destaque na ciência, professores, alunos e profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) conquistaram 18 prêmios na 20ª edição do Prêmio Fapema, promovido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema)

## Prêmio Fapema 2026 recebe projetos até 22 de abril

Pesquisadores, professores, estudantes e empreendedores ganharam um novo fôlego para participar do Prêmio Fapema 2026. As inscrições foram prorrogadas até o dia 22 de abril, oferecendo mais tempo para quem deseja dar visibilidade aos seus projetos no evento considerado o "Oscar da Ciência Maranhense".

Em sua 21ª edição, a premiação realizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) traz como tema: "Ciência e Inovação que Gera Transformação Social". O objetivo é reconhecer produções científicas e de empreendedorismo que impactam o progresso do estado.

Ao todo, serão 67 premiados distribuídos em 11 categorias, com premiações em dinheiro que podem chegar a R\$ 9 mil. As propostas devem ser submetidas exclusivamente de forma online, através da plataforma Patronage (patronage.fapema.br). Esta é uma oportunidade ideal para destacar projetos que unem rigor acadêmico e relevância social no Maranhão.